

ITENS 02, 04 a 09, 11 a 15, 19 a 32, 34 a 35, 37, 39, 42, 44 a 258 e 261 a 404 <u>EXCLUSIVOS ME, MEI e EPP</u> *tratamento diferenciado para empresas locais ou regionais*	ITENS 01, 03, 10, 16, 17, 18, 33, 36, 38, 40, 41, 43, 259 e 260 AMPLA CONCORRÊNCIA	ITENS 405 a 413 COTAS EXCLUSIVAS ME, MEI e EPP *tratamento diferenciado para empresas locais ou regionais*	
Prefeitura do Município de Apucarana Superintendência de Licitações			
Processo Administrativo	19303/2026	Pregão Eletrônico	25/2026
Realização da Licitação	09:00 horas do dia 15/06/2026		
Tipo	Menor preço por Item – Compras		
Objeto	Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção de bens públicos imóveis do Município de Apucarana.		
Órgão	Prefeitura do Município de Apucarana – UASG 987425		

Índice:

- 1.0 Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento;
- 2.0 Da impugnação, dos esclarecimentos;
- 3.0 Das condições de liquidação, pagamento e reajuste;
- 4.0 Condições de participação;
- 5.0 Do credenciamento e do sistema eletrônico;
- 6.0 Do cadastramento da proposta;
- 7.0 Da abertura da sessão pública;
- 8.0 Da formulação dos lances;
- 9.0 Dos critérios de desempate;
- 10.0 Da negociação;
- 11.0 Do envio da proposta de preços;
- 12.0 Do julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora;
- 13.0 Da apresentação de catálogo/ amostra;
- 14.0 Da habilitação;
- 15.0 Do encaminhamento da documentação de habilitação;
- 16.0 Da verificação da documentação de habilitação;
- 17.0 Dos recursos administrativos;
- 18.0 Da assinatura da Ata de Registro de Preços;
- 19.0 Das sanções;
- 20.0 Da revogação e anulação;
- 21.0 Disposições gerais.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS			
Email: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br			
RESUMO DO EDITAL			
1. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção de bens públicos imóveis do Município de Apucarana.			
2. Valor Máximo e condições de liquidação e pagamento: <ul style="list-style-type: none">• R\$ 5.619.614,20 (cinco milhões seiscentos e dezenove mil seiscentos e quatorze reais e vinte centavos);• Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação e pagamento.			
3. Critério de julgamento: Menor preço por item.			
4. Ampla Concorrência	5. Exclusivo MEI/ME/EPP	6. Reserva de Cota MEI/ME/EPP	7. Amostra/ Catálogo
SIM (X) NÃO ()	SIM (X) NÃO ()	SIM (X) NÃO ()	SIM (X) NÃO ()
8. Plataforma eletrônica: www.gov.br/compras			
9. Do cadastro das propostas: A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio www.gov.br/compras , a partir da liberação do Edital, até as 09h00 do dia 15 de junho de 2026 , horário de Brasília-DF.			
10. Início da fase de lances: A partir das 09h00 horas do dia 15 de junho de 2026 , horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras , será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.			
11. Da habilitação: conforme o item 14 do edital.			
11. Itens: Conforme anexo IV do edital, sendo o Termo de Referência.			
12. Prazo de execução: Conforme anexo IV do edital, sendo o Termo de Referência.			
13. Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses.			

A **Prefeitura do Município de Apucarana**, inscrita no CNPJ SOB Nº 75.771.253/0001-68, sediada no Centro Cívico José Oliveira Rosa, 25, Edifício Cidade Alta, neste município, por intermédio dos agentes de contratação e dos pregoeiros, designados pelas Portarias nº **362/2025 de 05 de Novembro de 2025**, em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14; Lei Municipal nº 058/2019; Lei Municipal nº 101/2019; Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a Lei Federal 14.133/2021; e suas alterações, legislação correlata e pelas normas do portal de compras governamentais (www.gov.br/compras), torna pública a realização de licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Menor Preço – Item - Compras**, conforme as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **anexo IV**, que veicula o Termo de Referência.

Processo Administrativo		Edital de Pregão Eletrônico	
19303/2026		25/2026	
Expedido em	28/05/2026		
Tipo	Menor Preço – Item – Compras		
Data inicial para acolhimento das propostas		Data final de cadastro das propostas e início da fase de lances	
01/06/2026		15/06/2026	
Hora da fase de lances		09:00	
Requisitante			
Ofício nº 189/2026 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos			

1. Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento.

1.1 A presente licitação tem por objeto abertura de processo licitatório para **Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção de bens públicos imóveis do Município de Apucarana**, de acordo com as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **anexo IV**, que veicula o termo de referência.

1.2 De acordo com o mapa de preços resta fixado em até **R\$ 5.619.614,20 (cinco milhões seiscentos e dezenove mil seiscentos e quatorze reais e vinte centavos)**, o preço máximo estimado da futura contratação.

1.3 A proposta final que consignar preços, mesmo que após as tentativas de negociações, inclusive unitários, superiores aos fixados por este edital será desclassificada, conforme o §1º

do Art. 61 da Lei Federal 14.133/2021.

1.4 As despesas decorrente da contratação dos produtos de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

Manutenção e Expansão nos Serviços Públicos Municipais - 2013			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
33390300000000000000	Equipamentos e material permanente	000 - Recursos Ordinários (Livres)	245

1.5 O critério de julgamento da presente licitação é o de **menor preço por item - compras**.

1.6 A Prefeitura Municipal de Apucarana será a única contratante, dispensando-se a realização de procedimento de intenção de registro de preços, ficando ainda vedada a utilização da Ata de Registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, com exceção dos órgãos da administração direta e indireta deste município.

2. Da impugnação, dos esclarecimentos

2.1 As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até o dia **10/06 /2026**, três dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

2.2 A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Apucarana, localizado no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, no horário das 08h00 às 18h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br.

2.3 A impugnação será julgada em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada no Portal da Transparência do Município de Apucarana, e disponibilizada no sítio www.apucarana.pr.gov.br, no link Transparência - Município de Apucarana.

2.4 Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

2.5 Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.6 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados

ao pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br.

2.6.1 O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

2.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.7.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3. Das condições de liquidação, pagamento e reajuste

Da Liquidação:

3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

3.1.1 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor da Ata de Registro de Preços, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

Todos as Atas que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;

- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.2.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

3.2.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

3.2.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.4 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

3.5 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

3.6 O pagamento efetuado pela Prefeitura do Município de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

3.7 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

3.8 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

3.9 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.12 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Dos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro:

3.13 Do Reajustamento de Preços: quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.

3.13.1 A data do orçamento estimado a que se refere o item anterior é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

3.14 O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem

predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

3.14.1 Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

3.14.2 O índice a ser o utilizado no reajuste do contrato será o INPC, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Observação: Há a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

3.14.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido à revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

3.14.4 Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

3.14.5 Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

3.14.6 O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila.

3.14.7 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de bens, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

3.14.8 A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

3.15 Repactuação: é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao

acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

3.15.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Observação: Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

3.15.2 O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

Observação: Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

3.15.3 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

3.16 Revisão: fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

3.16.1 Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimentos dos bens não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 às 18:00, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br.

3.16.2 Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

4. Condições de participação

4.1 Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

4.1.1 Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

4.1.2 Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

4.1.3 Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

4.1.4 Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município de Apucarana ou outra entidade deste Município;

4.1.5 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.6 Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

4.1.7 Cooperativa de mão de obra;

4.1.8 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.1.9 Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor da Prefeitura do Município de Apucarana, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Executivo ou Legislativo do Município de Apucarana, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja agente de contratação, membro da comissão de contratação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

5. Do credenciamento e do sistema eletrônico

5.1 Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>.

5.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.1.2 O número da UASG no sistema COMPRASGOV: 987425. É por este número que será encontrado o processo e poderá se cadastrar para a participação em todas as licitações da Prefeitura do Município de Apucarana.

5.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5 A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

5.5 Se o sistema do pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais exclusivamente por parte do portal de compras, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail e chat aos participantes.

5.6 No caso de desconexão apenas do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às proponentes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.8 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

5.9 Caberá à proponente:

5.9.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o todo o processo do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante

da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos subitens supra.

- 5.9.2** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 5.9.3** O uso da senha de acesso pela proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo plataforma responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.9.4** O credenciamento junto ao SICAF, implica a responsabilidade legal da proponente e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

6. Cadastramento da proposta

6.1 A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio www.gov.br/compras, a partir da liberação do Edital, até as **09h00 do dia 15 de junho de 2026**, horário de Brasília-DF.

6.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste edital, **prevalecerão a do edital.**

6.1.2 **ATENÇÃO! As Empresas que se cadastrarem no Programa de integridade (Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 12.304/2024), LEMBRAMOS! Que a Declaração Falsa sobre a existência do programa de integridade pode levar a penalidades severas, incluindo advertências, multas, impedimento de licitar e até declaração de inidoneidade.**

6.2 O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.3 A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

6.4 Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

7. Da abertura da sessão pública

7.1 A partir das **09h00 horas do dia 15 de junho de 2026**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

7.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

8. Da formulação dos lances

8.1 Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **aberto e fechado**.

8.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.4.1 Os lances deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real), admitindo-se para o valor, apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

8.5 A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 0,01 e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.6 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

8.7 Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

8.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.9 A fase de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

8.10 Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

8.11 Após o encerramento da recepção dos lances, o sistema eletrônico abrirá a oportunidade para que o licitante detentor da proposta de menor preço e os demais licitantes que se encontrem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta possam ofertar lance final e fechado.

8.12 O lance final de que trata o subitem anterior poderá ser ofertado em até 5 (cinco) minutos e será sigiloso até o encerramento desse prazo.

8.13 Na ausência de, no mínimo, três ofertas na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado.

8.14 Em não havendo lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado.

8.15 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

8.16 As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

8.18 Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19 O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.20 O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

8.21 Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

8.22 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9. Critérios de desempate

9.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, assim como no Art. 154 do Decreto Municipal 936/2023, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

9.3 Caso o edital tiver tratamento diferenciado e simplificado, conforme o Art. 155 do Decreto Municipal nº 936/2023, que concede o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Locais e Regionais de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, cujo objetivo é:

- I) a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- II) a ampliação da eficiência das políticas públicas e;
- III) o incentivo à inovação tecnológica.

9.3.1 De acordo com o Art. 2º da Lei Municipal nº 101/2019, para os benefícios previstos nesta lei ficam assim definidos geograficamente os termos "local" e "regional":

I. **Local:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas em todo território do Município de Apucarana - Estado do Paraná.

II. **Regional:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) sediadas em um dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, formada pelos Municípios de 1) Apucarana, 2) Arapuã, 3) Ariranha Do Ivaí, 4) Bom Sucesso, 5) Borrazópolis, 6) Califórnia, 7) Cambira, 8) Cruzmaltina, 9) Faxinal, 10) Godoy Moreira, 11) Grandes Rios, 12) Ivaiporã, 13) Jandaia Do Sul, 14) Jardim Alegre, 15) Kaloré, 16) Lidianópolis, 17) Lunardelli, 18) Marilândia Do Sul, 19) Marumbi, 20) Mauá Da Serra, 21) Novo Itacolomi, 22) Rio Bom, 23) Rio Branco Do Ivaí, 24) Rosario Do Ivaí, 25) São João Do Ivaí E 26) São Pedro Do Ivaí.

9.3.2 Para o cumprimento do disposto no Art. 3º da Lei 101/2019, a administração pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, em especial aquelas constantes dos Arts. 44 a 49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente, os incisos I e III dessa lei.

9.3.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

10. Negociação

10.1 Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.2 O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11. Envio da proposta de preços

11.1 A proposta de preços equalizada, e, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, em até 2 (duas) horas.

11.1.1 O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

11.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.3 A proposta deverá conter:

11.3.1 Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo I deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

11.3.2 Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

11.3.3 Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

11.3.4 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da licitação.

11.4 A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

11.5 A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

11.6 A apresentação da proposta implicará:

11.6.1 Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

11.6.2 Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para entrega dos bens, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Prefeitura do Município de Apucarana.

12. Julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora

12.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e no subitem 4.1 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos cadastros indicados no subitem 14.17. do Edital.

12.2 No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

12.3 Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

12.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Apucarana ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.5 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.6 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.7 Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

12.8 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.9 Havendo indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133 de 2021, assim como no Decreto Municipal 936/2023, em seu Art. 136, para efeito de comprovação de sua executabilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

12.9.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

12.9.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

12.9.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

12.9.4 Verificação de notas fiscais dos produtos recebidos pelo proponente;

12.9.5 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

12.9.6 Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

12.9.7 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

12.9.8 Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

12.9.9 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

12.9.10 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

12.9.11 Estudos setoriais;

12.9.12 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

12.9.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.11 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.12 A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

12.13 Serão também desclassificadas as propostas:

12.13.1 Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

12.13.2 Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

12.13.3 Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

12.13.4 Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

12.13.5 Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

12.14 Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

12.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. Da apresentação de catálogo/amostra

13.1 Os licitantes vencedores, quando convocados, deverão apresentar **catálogo**, com os seguintes critérios:

13.1.1 Os catálogos deverão ser anexados em campo próprio da Plataforma Compras.gov e atender aos critérios constantes no descritivo do Termo de Referência Anexo IV a este edital,;

13.1.2 Do fabricante com foto e especificações técnicas em língua portuguesa, podendo ser apresentado catálogo do fabricante e especificações técnicas do produto da internet, devendo o licitante indicar o site para conferência;

13.1.3 Para melhor aproveitamento requer que as proponentes apresentem os catálogos indicando os itens nos mesmos;

13.1.4 Ocorrendo divergências nos catálogos e nas propostas, o(a) pregoeiro(a) para confirmação de dados ou afins do catálogo, poderá fazer a consulta em sessão no site competente ou quando da apresentação do catálogo, momento em que poderá ocorrer a desclassificação ou não do proponente no item divergente.

14. Habilitação

14.1 Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

14.1.1 À habilitação jurídica;

14.1.2 À qualificação econômico-financeira;

14.1.3 À regularidade fiscal e trabalhista;

14.1.4 Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

14.2 Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

14.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.3 No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.2.4 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

14.2.5 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3 Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

14.3.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

14.3.2 Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

14.3.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício social referentes ao período de existência da sociedade;

14.3.2.2 A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

14.3.2.3 No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado de exercício e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial, do último exercício social.

14.3.2.4 Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar: o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício social (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

14.3.2.5 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial do último exercício social ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1
SG= Solvência Geral – superior a 1
LC= Liquidez Corrente – superior a 1
Sendo,
 $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$
 $SG = AT / (PC + ELP)$
 $LC = AC / PC$
Onde:
AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

14.3.2.6 Quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação;

14.3.2.7 O balanço patrimonial e as demonstrações de exercício social deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

14.4 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

14.4.1 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

14.4.2 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

14.4.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.4.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

14.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.5 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.6 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

14.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.9 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.10 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

14.11 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

14.12 Documentação complementar:

14.12.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

14.12.2 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

14.12.3 Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

14.12.4 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

14.12.5 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do Artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/21;

14.12.6 Para o fornecedor enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133/21;

14.12.7 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art.1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

14.12.8 Conforme o Art. 63 da Lei da Federal 14.133/21, a licitante, sob pena de desclassificação, deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

14.13 As declarações exigidas no subitem acima serão consultadas no sistema Compras Governamentais.

14.14 A licitante não pode possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancio>)

nado&direcao=asc), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>), no Município de Apucarana.

14.15 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.16 A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.17 Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos à:

14.17.1 Habilitação jurídica;

14.17.2 Qualificação econômico-financeira;

14.17.3 Regularidade fiscal e trabalhista.

14.18 O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital.

14.19 Ao licitante inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida no referido sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada ao Pregoeiro no momento da habilitação.

14.20 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.21 Todos os documentos deverão ser apresentados:

14.21.1 Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

14.21.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

14.21.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

14.21.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

14.23 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.24 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

15. Encaminhamento da documentação de habilitação

15.1 Os documentos de habilitação não abrangidos pelo SICAF ou desatualizados nos cadastros anteriores, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

15.1.1 O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

15.2 A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

16. Verificação da documentação de habilitação

16.1 Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

16.2 Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

17. Recursos

17.1 Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.

17.2 Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para,

querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.3 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: www.gov.br/compras.

17.4 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 03 (três) dias úteis para:

17.4.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

17.4.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

17.4.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.

17.4.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

17.6 Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

17.7 A publicidade do julgamento dos eventuais recursos será no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, site: www.apucarana.pr.gov.br.

18. Assinatura da Ata de Registro de Preços

18.1 Após a homologação da licitação, a Ata será enviada ao licitante vencedor para assinatura.

18.2 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços será exigido à comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata.

18.3 Farão parte da Ata de Registro de Preços, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

18.4 O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ata, para devolvê-la assinada, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.5 O prazo para devolução da Ata poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Prefeitura do Município de Apucarana.

18.6 A pessoa que assinar a Ata de Registro de Preços deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

18.7 Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar a Ata, executar o objeto, ou quando não fizer a comprovação referida no item anterior, a Prefeitura do Município de Apucarana adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

18.8 Será procedido o cadastro de reserva, conforme consta na minuta da Ata de Registro de Preços.

18.9 As empresas vencedoras dos itens deverão comprovar em até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato, a contratação dos aprendizes e matrícula dos mesmos nos cursos de aprendizagem, em conformidade com a Lei Municipal nº 58/2019 e o art. 99 do Decreto Municipal 936/2023, bem como o caput do art. 429 da CLT.

18.9.1 Nos termos do art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/18, ficam dispensadas da contratação de aprendizes as microempresas e as empresas de pequeno porte.

18.10 A obrigação legal de contratação e matrícula de aprendizes nos cursos de aprendizagem para efeitos da Lei Municipal nº 58/2019 pode ser cumprida pela manutenção da quantidade mínima legal de aprendizes admitidos pelos licitantes previamente à licitação, conforme caput do art. 429 da CLT.

19. Sanções

19.1 De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

20. Revogação e anulação

20.1 Fica assegurado à Prefeitura do Município de Apucarana o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21. Disposições gerais

21.1 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e eventuais amostras. A Prefeitura do Município de Apucarana não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no Artigo 64 da Lei Federal nº14.133/21.

21.3 A Prefeitura do Município de Apucarana não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

21.4 Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

21.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.6 Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

21.7 Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no Artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

21.8 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.9 Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

a) **“Prática corrupta”**: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;

b) **“Prática fraudulenta”**: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;

c) **“Prática colusivas”**: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“Prática coercitiva”**: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata;

e) **“Prática obstrutiva”**: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Prefeitura do Município de Apucarana.

20.10 Integram o presente Edital:

Anexo I: Modelo de Proposta de Preço;



Anexo II: Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III: Minuta do Contrato;

Anexo IV: Termo de Referência;

Município de Apucarana, XX de XXXXXXX de 2026.

Rodolfo Mota

Prefeito

Prefeitura do Município de Apucarana

Anexo I

Modelo de Proposta Comercial

Dados da empresa proponente:

(RAZÃO SOCIAL, CNPJ, I.E. OU I.M., ENDEREÇO COMPLETO, DADOS BANCÁRIOS, TELEFONE, E-MAIL, PESSOA PARA CONTATO).

Pela presente, apresentamos nossa proposta comercial para a aquisição dos bens abaixo descritos, conforme termos do edital de **Pregão Eletrônico nº XX/2026**.

Lote	Item	Descrição Dos Bens	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
###	##	#####	##	##	###	####

Valor total da proposta: R\$ 000,00 (Valor por extenso).

Observação: A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

Validade da proposta: XX (mínimo 90 dias corridos).

Forma de pagamento:

De acordo com o contido no edital.

[] Nossa empresa **se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele artigo. (ou)

[] Nossa empresa **não se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

XXXXXXXXXXXXXX, em xx de XXXXXXXXXX de XXXX

Nome da empresa

CNPJ

Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

Nota: a proposta comercial deverá conter os dados desse modelo, e ser redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo

Anexo II

Minuta da Ata de Registro de Preços nº XXX/XXXX			
Processo administrativo nº	19303/2026	Pregão nº	XXXX/2026
Data	XX de XXXXXXXXX de XXXX		

A **Prefeitura do Município de Apucarana**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada no Centro Cívico José Oliveira Rosa, 25, Edifício Cidade Alta, CEP 86.800-001, Apucarana, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.771.253/0001-68, neste ato representado pelo excelentíssimo senhor Prefeito, **RODOLFO MOTA DA SILVA**, brasileiro, casado, residente à Rua *****, Nº ****, Centro, neste Município, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 053.519.969-44 e Cédula de Identidade nº 7.748.290-3, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à XXXXXXXXXX, CEP XXXXXXX, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXX, contato: XXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXXXX**, residente à XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Município de XXXXXXX, Estado do XX, CEP XXXXXXXX, portador do Cadastro de Pessoa Física nº XXXXXXXXXX e Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, convencionam e mutuamente estipulam o seguinte:

Cláusula Primeira: Do Objeto

1.1 Esta ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento dos itens abaixo descritos conforme descrito na seguinte tabela:

Lote	Item	Especificação	Un	Qtde.	Valor Unitário	Total
**	**	*****	***	****	****, **	****, **

Valor total da Ata de Registro de Preços	****, **
---	----------

1.2. As especificações técnicas do objeto, as condições de execução, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no Anexo 4 do Edital - Termo de Referência, o qual é parte integrante desta ata independentemente de transcrição.

Cláusula Segunda: Da contratação do menor aprendiz

2.1 A contratada deverá apresentar mensalmente ao fiscal do contrato relação nominal dos aprendizes contratados ou egressos para atendimento da Lei Municipal nº 58/2019;

2.1.1 Nos termos do art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/18, ficam dispensadas da contratação de aprendizes as microempresas e as empresas de pequeno porte.

2.2 Havendo desligamento de algum aprendiz, a contratada deverá proceder sua comunicação ao fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias;

2.2.1 Após o desligamento do aprendiz, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga em aberto em até 30 (trinta) dias para fins de cumprimento da Lei Municipal nº 58/2019;

2.4 Na fiscalização da execução do contrato, a contratante poderá verificar a qualquer tempo e sem necessidade de aviso prévio o cumprimento da obrigação assumida pela contratada, tanto por tomada de contas documental quanto por diligência presencial, notificando por escrito a contratada em caso de constatação de alguma irregularidade para que a sane no prazo de 30 (trinta) dias;

2.4.1 Uma vez notificada, a contratada poderá apresentar sua justificativa por escrito para apreciação da administração pública contratante no prazo de 10 (dez) dias;

2.4.2 Apresentada a justificativa pela contratada, a administração pública contratante

poderá considerar a irregularidade sanada ou persistente, hipótese em que deverá oficialar o Ministério Público do Trabalho para que tome ciência e adote as medidas que entender cabíveis para o cumprimento das obrigações trabalhistas;

2.4.3 Sem prejuízo da informação dada ao Ministério Público do Trabalho, a administração pública contratante poderá aplicar multa administrativa à contratada infratora no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e no valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por aprendiz não contratado ou mantido em condições irregulares, adequado conforme a gravidade da irregularidade constatada e eventual reincidência, que será revertida exclusivamente ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

2.8 A autoridade responsável pela abertura do processo licitatório, após a emissão de parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do Município de Apucarana, deverá apreciar e julgar eventual alegação de impedimento legal para a contratação de aprendizes, que poderá ser oposta por qualquer interessado em participar da licitação no mesmo prazo de impugnação ao edital, PROCURADORIA JURÍDICA, Fone: (43) 3122-1882, devendo registrar a súmula dessa decisão no processo licitatório;

2.8.1 A decisão acima referida deverá observar a legislação federal aplicável à aprendizagem profissional e poderá se fundamentar na Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018, expedida pelo Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, sendo vedada a oposição à administração pública contratante de condições diversas estabelecidas por acordo individual ou negociação coletiva.

Cláusula Terceira: Do prazo e das condições de entrega

3.1 Os produtos deverão ser entregues em **até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor;

3.1.1 A entrega e instalação dos produtos deverão ser efetuadas no **Pátio de Máquinas, sito à Rua Piratininga, nº 397, Jardim Ponta Grossa, neste Município, CEP 86804-140** no prazo indicado(s) pela Secretaria de Serviços Públicos, através do fiscal técnico da contratação, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 07h30m às 16h30m, podendo ser pactuado entre as partes, horário diverso a depender da demanda, aos cuidados do Fiscal Técnico;

3.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

Garantia, manutenção e assistência técnica

3.3 O prazo de garantia será o estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Cláusula Quarta: Das Responsabilidades

4.1 Obrigações da Contratada

4.1.1 Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

4.1.2 Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência do registro de preços;

4.1.3 Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

4.1.4 Acatar as recomendações da fiscalização da CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

4.1.5 Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

4.1.6 Assegurar à Secretaria de Serviços Públicos, durante o período de vigência do registro de preços, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que a detentora do registro de preços;

4.1.7 Manter durante a execução do registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2 Da contratante

4.2.1 Receber os bens e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da adjudicatária, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

4.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela detentora do registro de preços, relacionados com o objeto pactuado;

4.2.3 Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas nos bens fornecidos;

4.2.4 Comunicar, por escrito, à detentora do registro de preços o não recebimento dos bens, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

4.2.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

4.3 Sanções

4.3.1 Serão utilizadas as sanções previstas no Decreto Municipal nº 936/2023.

Cláusula Quinta: Das Condições de recebimento e pagamento

Recebimento do objeto

5.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, conforme o item 2.2, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2 Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços, para acréscimo na cobrança de mão de obra e não isenta a detentora do registro de preços de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviço.

5.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, assim como no art. 253 do Decreto Municipal 936/2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

5.5.1 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

Todos os contratos que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

5.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

5.6.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

5.6.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a

retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

5.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.8 O pagamento será precedido de consulta ao SICAF ou aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

5.9 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

5.10 O pagamento efetuado pela Prefeitura do Município de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

5.11 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

5.12 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

5.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.17 As despesas decorrente da contratação dos produtos de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

Manutenção e Expansão nos Serviços Públicos Municipais - 2013			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
33390300000000000000	Equipamentos e material permanente	000 - Recursos Ordinários (Livres)	245

5.18 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura do Município de Apucarana em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

5.19 O preço do valor registrado poderá sofrer qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente termo.

5.20 O beneficiário do registro de preço, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o recebido dos serviços solicitados pela administração ao contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

5.21 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

Do reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro:

5.22 Do Reajustamento de Preços: quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.

5.22.1 A data do orçamento estimado a que se refere o item anterior é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

5.23 O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

5.23.1 Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

5.23.2 O índice a ser o utilizado no reajuste do contrato será o IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Observação: Há a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

5.23.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido à revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

5.23.4 Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

5.23.5 Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

5.23.6 O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila.

5.23.7 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

5.23.8 A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

5.24 Repactuação: é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

5.24.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Observação: Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

5.24.2 O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

Observação: Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

5.24.3 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

5.25 Revisão: fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

5.25.1 Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para execução dos serviços não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá

solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 às 18:00, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br.

5.25.2 Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

5.27 A Prefeitura poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantindo a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de preços de mercado ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional/ internacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da publicação no jornal de publicações oficiais do município de Apucarana.

Cláusula Sexta: Da vigência e modelo de Gestão Contratual

6.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da mesma, podendo ser prorrogada desde que comprovada vantajosidade.

6.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

6.4 São indicados para fiscalização:

Gestor: Wendel Sullivan Metta, Secretário Municipal de Serviços Públicos, portador do CPF nº 080.XXX.XXX-17;

Fiscal Administrativo: Jean Luiz de Souza, Assistente Administrativo, portador do CPF nº 024.XXX.XXX-19;

Fiscal Técnico: Antonio Carlos Sidrin, Chefe de Divisão da Secretaria de Serviços Públicos, portador do CPF nº 647.XXX.XXX-97.

Cláusula Sétima: Das Penalidades

7.1 De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

Cláusula Oitava: Cláusulas Gerais

8.1 Os contratados devem observar, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

8.2 Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

a) **“Prática corrupta”**: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata/contrato;

b) **“Prática fraudulenta”**: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata/contrato;

c) **“Prática colusivas”**: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **“Prática coercitiva”**: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata/contrato;

e) **“Prática obstrutiva”**: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula da **Ata de Registro de Preços e dos Contratos vinculados à mesma**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

Cláusula Nona: Do Foro

9.1 As partes elegem o foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Município de Apucarana, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxxx.

Prefeitura do Município de Apucarana

Rodolfo Mota

Fiscal Técnico da Ata

Antonio Carlos Sidrin

Gestor da Ata

Wendel Sulivan Metta

Fiscal Administrativo da Ata

Jean Luiz de Souza

Empresa XXXXXXXXX

Anexo III

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº XXX/XXXX	
Processo Administrativo nº 19303/2026	Pregão Eletrônico nº XX/2026

1. Cláusula Primeira: Das Partes

1.1 A **Prefeitura do Município de Apucarana**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada no Centro Cívico José Oliveira Rosa, 25, Edifício Cidade Alta, CEP 86.800-001, Apucarana, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.771.253/0001-68, neste ato representado pelo excelentíssimo senhor Prefeito, **RODOLFO MOTA DA SILVA**, brasileiro, casado, residente à Rua *****, Nº ****, Centro, neste Município, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 053.519.969-44 e Cédula de Identidade nº 7.748.290-3, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, portadora do CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, contato: XXXXXXXX, E-mail: [XXXXXXXXXX](#) doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, residente à XXXXXXXX, Bairro XXXXXXXX, Município de XXXXXXX, Estado do XX, CEP XXXXXXXX, portador do Cadastro de Pessoa Física nº XXXXXXXXXXXX e Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, em conformidade com o Pregão e com as

cláusulas e condições que se seguem.

Cláusula Segunda: Do Objeto

2.1 Registro de preços para aquisição dos itens descritos na seguinte tabela:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
XX	XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXX	XXXXXX

Cláusula Terceira: Do Regime e da Legislação Aplicável

3.1 A presente relação jurídica contratual é disciplinada, integralmente, pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023, de 19/12/2023, os quais fundamentam o procedimento licitatório.

3.2 Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitado as disposições da legislação constante desta cláusula, regulados pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pelo Art. 89 e Art. 90, da Lei 14.133/21.

3.3 O contratante providenciará a publicação deste contrato, por extrato no Diário Oficial do Município e, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Cláusula Quarta: Da contratação do menor aprendiz

4.1 A contratada deverá apresentar mensalmente ao fiscal do contrato relação nominal dos aprendizes contratados ou egressos para atendimento da Lei Municipal nº 58/2019;

4.1.1 Nos termos do art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/18, ficam dispensadas da contratação de aprendizes as microempresas e as empresas de pequeno porte.

4.2 Havendo desligamento de algum aprendiz, a contratada deverá proceder sua comunicação ao fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias;

4.2.1 Após o desligamento do aprendiz, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga em aberto em até 30 (trinta) dias para fins de cumprimento da Lei Municipal nº 58/2019;

4.4 Na fiscalização da execução do contrato, a contratante poderá verificar a qualquer tempo e sem necessidade de aviso prévio o cumprimento da obrigação assumida pela contratada, tanto

por tomada de contas documental quanto por diligência presencial, notificando por escrito a contratada em caso de constatação de alguma irregularidade para que a sane no prazo de 30 (trinta) dias;

4.4.1 Uma vez notificada, a contratada poderá apresentar sua justificativa por escrito para apreciação da administração pública contratante no prazo de 10 (dez) dias;

4.4.2 Apresentada a justificativa pela contratada, a administração pública contratante poderá considerar a irregularidade sanada ou persistente, hipótese em que deverá oficiar o Ministério Público do Trabalho para que tome ciência e adote as medidas que entender cabíveis para o cumprimento das obrigações trabalhistas;

4.4.3 Sem prejuízo da informação dada ao Ministério Público do Trabalho, a administração pública contratante poderá aplicar multa administrativa à contratada infratora no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e no valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por aprendiz não contratado ou mantido em condições irregulares, adequado conforme a gravidade da irregularidade constatada e eventual reincidência, que será revertida exclusivamente ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

4.8 A autoridade responsável pela abertura do processo licitatório, após a emissão de parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do Município de Apucarana, deverá apreciar e julgar eventual alegação de impedimento legal para a contratação de aprendizes, que poderá ser oposta por qualquer interessado em participar da licitação no mesmo prazo de impugnação ao edital, PROCURADORIA JURÍDICA, Fone: (43) 3122-1882, devendo registrar a súmula dessa decisão no processo licitatório;

4.8.1 A decisão acima referida deverá observar a legislação federal aplicável à aprendizagem profissional e poderá se fundamentar na Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018, expedida pelo Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, sendo vedada a oposição à administração pública contratante de condições diversas estabelecidas por acordo individual ou negociação coletiva.

Cláusula Quinta: Do Valor Contratual e das Despesas

5.1 O valor total do contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.1.1 O contratante se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

5.2 As despesas decorrentes da execução objeto deste contrato, serão contratados com recursos provenientes da rubrica orçamentária nº:

Manutenção e Expansão nos Serviços Públicos Municipais - 2013			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
33390300000000000000	Equipamentos e material permanente	000 - Recursos Ordinários (Livres)	245

5.4 A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/21. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em lei, salvo, às supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

Cláusula Sexta: Das condições de liquidação, o pagamento e dos pedidos de reequilíbrio

Da Liquidação

6.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

6.1.1 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

Todos os contratos que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

6.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;

- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

6.2.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

6.2.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

6.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4 O pagamento será precedido de consulta ao SICAF ou aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

6.5 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

6.6 O pagamento efetuado pela Prefeitura do Município de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

6.7 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

6.8 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Da forma de pagamento

6.9 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.13 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura do Município de Apucarana em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

6.14 O valor contratado poderá sofrer qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente termo.

6.15 O contratado, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o recebido dos bens solicitados pela administração ao

contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

6.16 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

Dos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro:

6.17 Do Reajustamento de Preços: quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.

6.17.1 A data do orçamento estimado a que se refere o item anterior é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

6.18 O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

6.18.1 Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

6.18.2 O índice a ser o utilizado no reajuste do contrato será o IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Observação: Há a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.18.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

6.18.4 Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

6.18.5 Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado

com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

6.18.6 O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila.

6.18.7 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de bens, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

6.18.8 A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

6.19 Repactuação: é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

6.19.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Observação: Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

6.19.2 O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

Observação: Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

6.19.3 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada

de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

6.20 Revisão: fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

6.20.1 Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimentos dos bens não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 às 18:00, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: licitacao.pma@apucarana.pr.gov.br.

6.20.2 Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

Cláusula Sétima: Das Condições de Execução e Prazo

7.1 Os produtos deverão ser entregues em **até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor;

7.1.1 A entrega e instalação dos produtos deverão ser efetuadas no **Pátio de Máquinas, sito à Rua Piratininga, nº 397, Jardim Ponta Grossa, neste Município, CEP 86804-140** no prazo indicado(s) pela Secretaria de Serviços Públicos, através do fiscal técnico da contratação, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 07h30m às 16h30m, podendo ser pactuado entre as partes, horário diverso a depender da demanda, aos cuidados do Fiscal Técnico;

7.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.3 O prazo de garantia será o estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Cláusula Oitava: Das Responsabilidades

8.1 Obrigações da Contratada

4.1.1 Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

4.1.2 Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência do registro de preços;

4.1.3 Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

4.1.4 Acatar as recomendações da fiscalização da CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

4.1.5 Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

4.1.6 Assegurar à Secretaria de Serviços Públicos, durante o período de vigência do registro de preços, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que a detentora do registro de preços;

4.1.7 Manter durante a execução do registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2 Da contratante

4.2.1 Receber os bens e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da adjudicatária, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

4.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela detentora do registro de preços, relacionados com o objeto pactuado;

4.2.3 Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas nos bens fornecidos;

4.2.4 Comunicar, por escrito, à detentora do registro de preços o não recebimento dos bens, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

4.2.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

4.3 Sanções

4.3.1 Serão utilizadas as sanções previstas no Decreto Municipal nº 936/2023.

Cláusula Nona: Modelo de Gestão do Contrato

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

9.3 São indicados para fiscalização:

Gestor: Wendel Sullivan Metta, Secretário Municipal de Serviços Públicos, portador do CPF nº 080.XXX.XXX-17;

Fiscal Administrativo: Jean Luiz de Souza, Assistente Administrativo, portador do CPF nº 024.XXX.XXX-19;

Fiscal Técnico: Antonio Carlos Sidrin, Chefe de Divisão da Secretaria de Serviços Públicos, portador do CPF nº 647.XXX.XXX-97.

Cláusula Décima: Das Penalidades

10. De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.1 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

Cláusula Décima Primeira: Cláusulas Gerais

11.1 Os contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

11.2 Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata/contrato;
- b) “Prática fraudulenta”:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata/contrato;
- c) “Prática colusivas”:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “Prática coercitiva”:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata/contrato;
- e) “Prática obstrutiva”:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Prefeitura do Município de Apucarana.

Cláusula Décima Segunda: Do Foro

12.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o contrato em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Município de Apucarana, XX de XXXXXX de XXXXXX.

Prefeitura do Município de Apucarana
Rodolfo Mota

Gestor da Ata
Wendel Sulivan Metta

Fiscal Técnico da Ata
Antonio Carlos Sidrin

Fiscal Administrativo da Ata
Jean Luiz de Souza

Empresa XXXXXXXX

Anexo IV

Termo de Referência

Aquisição de Produtos

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **materiais para manutenção de bens imóveis, destinados à manutenção dos Próprios Públicos do Município de Apucarana, pelo período de 12 (doze) meses**, nos termos da tabela abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste termo:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO/R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO/R\$
ITEM 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
1	5.700	SC	CIMENTO DE 1ª QUALIDADE CP II Z 32 EMBALAGEM COM 50 KG.	44,07	251.199,00
ITEM 02 – EXCLUSIVO ME, MEI e EPP *tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais*					
2	1500	SC	CAL VIRGEM SACO – CV – C EMBALAGEM COM 20 KG.	19,72	29.580,00
ITEM 03 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
3	5.625	SC	CAL PARA PINTURA COM FIXADORA COMPOSIÇÃO EMBALAGEM COM 8 KG.	17,36	97.650,00
ITENS 04 a 09 – EXCLUSIVOS ME, MEI e EPP *tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais*					
4	1000	SC	ARGAMASSA ACI (1) - INTERNA COMPOSIÇÃO CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS MINERAIS SELECIONADOS E ADITIVOS QUÍMICOS, IDEAL PARA ASSENTAMENTOS DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS EM ÁREAS INTERNAS - COR: CINZA EMBALAGEM COM 20 KG.	17,21	17.210,00
5	750	SC	ARGAMASSA ACII (3) - COMPOSIÇÃO CIMENTO PORTLAND, AGREGADOS MINERAIS SELECIONADOS E ADITIVOS QUÍMICOS, IDEAL PARA ASSENTAMENTOS DE REVESTIMENTOS CERÂMICO, PORCELANATOS, MÁRMORES E GRANITOS EM PISO E PAREDES EM ÁREAS INTERNAS - COR: CINZA EMBALAGEM COM 20 KG.	37,62	28.215,00
6	2000	MT²	PISO EXTRA CERÂMICO DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA USO EXTERNO (P5) MEDINDO 50 X 50 CM NA COR: BRANCA MEDINDO EM METROS QUADRADOS.	38,46	76.920,00
7	750	SC	REJUNTE (PARA PISO E REVESTIMENTOS) FLEXÍVEL PARA CERÂMICA INTERNO E EXTERNO EMBALAGEM	38,47	28.852,50

			DE 5 KG COR: GRAFITTE.		
8	750	SC	REJUNTE (PARA PISO E REVESTIMENTOS) FLEXÍVEL PARA CERÂMICA INTERNO E EXTERNO EMBALAGEM DE 5 KG COR: BRANCO.	38,47	28.852,50
9	150	SC	GESSO EM PÓ DE SECAGEM RÁPIDA - INDICADO PARA NIVELAMENTO E REPAROS PEQUENOS EM PAREDES INTERNAS DE ALVENARIA EMBALAGEM DE 1 KG	3,98	597,00
ITEM 10 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
10	100	ML	TIJOLO CERÂMICO DE 6 FUROS DIMENSÕES APROXIMADAS: 14 X 9 X 24 CM MILHEIRO	800,57	80.057,00
ITENS 11 a 15 – EXCLUSIVOS ME, MEI e EPP *tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais*					
11	25000	UND	TIJOLO CERÂMICO MACIÇO DIMENSÕES APROXIMADAS: 5 X 9 X 19 CM	0,94	23.500,00
12	75	UND	TANQUE DE ROUPAS EM MÁRMORE SINTÉTICO CAPACIDADE DE 50 LITROS – NAS DIMENSÕES: 65 X 65 CM PARA ALVENARIA – COR: CINZA CLARO OU BEGE CLARO	275,27	20.645,25
13	150	UND	ADESIVO DE CONTATO EXTRA INDICADO PARA COLAGEM DE DIVERSOS MATERIAIS, RESISTENTE À TEMPERATURA DE (+70°C) E A (-10°C) SEM CHEIRO APÓS 10 MINUTOS EMBALAGEM COM 3,2 LTS / 2,8 KG.	141,89	21.283,50
14	250	UND	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA COMPOSIÇÃO: CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO ATENDE A NORMA: NBR 15210 (2013/2014) ESPESSURA: (6 MM) - LARGURA: (1,10 M) COMPR.: 1,22 M	36,71	9.177,50
15	1000	UND	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA COMPOSIÇÃO: CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO ATENDE A NORMA: NBR 15210 (2013/2014) ESPESSURA: (6 MM) - LARGURA: (1,10 M) COMPR.: 1,53 M	51,08	51.080,00
ITENS 16 a 18 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
16	1500	UND	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA COMPOSIÇÃO: CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO ATENDE A NORMA: NBR 15210 (2013/2014) ESPESSURA: (6 MM) - LARGURA: (1,10 M) COMPR.: 1,83 M	60,54	90.810,00
17	1500	UND	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA COMPOSIÇÃO: CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO ATENDE A NORMA: NBR 15210 (2013/2014) ESPESSURA: (6 MM) - LARGURA: (1,10 M) COMPR.: 2,13 M	65,40	98.100,00
18	1500	UND	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA COMPOSIÇÃO: CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO ATENDE A NORMA: NBR 15210 (2013/2014) ESPESSURA: (6 MM) - LARGURA: (1,10 M) COMPR.: 2,44 M	77,41	116.115,00
ITENS 19 a 32 – EXCLUSIVOS ME, MEI e EPP *tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais*					
19	500	UND	CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO ONDULADA COMPOSIÇÃO: CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO ATENDE A NORMA: NBR 15210	59,18	29.590,00



			(2013/2014) INCLINAÇÃO 15 GRAUS 27% ESPESSURA: 6 MM		
20	500	UND	CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO ONDULADA COMPOSIÇÃO: CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO ATENDE A NORMA: NBR 15210 (2013/2014) INCLINAÇÃO 20 GRAUS 36 % ESPESSURA: 6 MM	41,80	20.900,00
21	7500	UND	TELHA CERÂMICA PORTUGUESA PARA INCLINAÇÃO MÍNIMA DE 30 GRAUS TAMANHO APROXIMADO DE 41 CM	3,11	23.325,00
22	750	UND	CUMEEIRA CERÂMICA PARA INCLINAÇÃO MÍNIMA 30 GRAUS TAMANHO APROXIMADO DE 41 X 21 CM	4,62	3.465,00
23	1750	UND	FORRO DE PVC - SIMPLES BITOLA: 2 X 100 X 8 MM X 6 METROS DIMENSÕES: A: 8 MM – C: 200 MM – B: 221 MM COM ENCAIXE MACHO E FEMÊA COMPRIMENTO: 6 METROS COR: BRANCA	27,91	48.842,50
24	2500	UND	FORRO DE PVC - DUPLO BITOLA: 2 X 100 X 8 MM X 6 METROS DIMENSÕES: A: 8 MM – C: 200 MM – B: 221 MM COM ENCAIXE MACHO E FEMÊA COMPRIMENTO: 6 METROS COR: BRANCA.	27,91	69.775,00
25	1000	UND	CANTONEIRA MEIA CANA DE PVC BITOLA: 200 X 8 MM DIMENSÕES: A: 8 MM – B: 23 MM – C: 34 MM – D: 35 MM COM ENCAIXE COR: BRANCA.	35,74	35.740,00
26	1000	UND	CANTO PARA MEIA CANA DE PVC MEDIDA: 30 X 25 MM CANTO: INTERNO À 90° GRAUS COR: BRANCA	4,32	4.320,00
27	1000	UND	CANTO PARA MEIA CANA DE PVC MEDIDA: 30 X 25 MM CANTO: EXTERNO À 90° GRAUS COR: BRANCA	3,93	3.930,00
28	1000	UND	EMENDA DE MEIA CANA DE PVC MEDIDA: 38 X 22 MM COR: BRANCA	4,23	4.230,00
29	1000	UND	EMENDA - PERFIL (H) DE PVC BITOLA: 200 X 8 MM DIMENSÕES: A: 60 MM – B: 40 MM – C: 09 MM – D: 08 MM COMPRIMENTO: 6 METROS COM ENCAIXE COR: BRANCA	39,47	39.470,00
30	500	UND	EMENDA FLEXÍVEL DE PVC BITOLA: 200 X 8 MM DIMENSÕES: A: 88 MM – B: 64 MM – C: 7,5 MM COMPRIMENTO: 6 METROS COM ENCAIXE COR: BRANCA	42,08	21.040,00
31	5000	UND	PISO TÁTIL DIRECIONAL DE CIMENTO, NA COR VERMELHA, NAS DIMENSÕES 40 CM DE LARGURA X 40 CM DE COMPRIMENTO, ESPESSURA DE 2,5 CM E DEVERÁ ATENDER A NORMA DA ABNT NBR 9457.	13,07	65.350,00
32	2500	UND	PISO TÁTIL ALERTA DE CIMENTO, NA COR VERMELHA, NAS DIMENSÕES 40 CM DE LARGURA X 40 CM DE COMPRIMENTO, ESPESSURA DE 2,5 CM E DEVERÁ ATENDER A NORMA DA ABNT NBR 9457.	13,07	32.675,00
ITEM 33 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
33	5.625	MT ²	TELA SOLDADA INDICADA PARA CERCA DE PROTEÇÃO NO PLANTIO DE ÁRVORES, ARAME DE AÇO CARBONO GALVANIZADO FIO 1,9MM NAS DIMENSÕES 100MM X	21,08	118.575,00

			50MM COM ALTURA DE 1,20 MTS		
ITENS 34 a 35 – EXCLUSIVOS ME, MEI e EPP					
tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais					
34	500	UND	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO INDICADA PARA CONDUÇÃO DE FIOS ELÉTRICOS E CANOS DE ÁGUA NAS DIMENSÕES: 30 X 30 X 30CM COM TAMPA	87,67	43.835,00
35	100	UND	TANQUE DE ROUPAS EM CIMENTO PRÉ MOLDADO COM PÉ NAS DIMENSÕES 80 X 62 X 70 X 58 CM APROXIMADAS	375,14	37.514,00
ITEM 36 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
36	132000	UND	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL NAS MEDIDAS 14 X 19 X 39 CM	4,39	579.480,00
ITEM 37 – EXCLUSIVO ME, MEI e EPP					
tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais					
37	15000	UND	MEIO BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL NAS MEDIDAS 14 X 19 X 19 CM	2,46	36.900,00
ITEM 38 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
38	22.500	UND	CANAleta DE CONCRETO ESTRUTURAL NAS MEDIDAS 14 X 19 X 39 CM	5,76	129.600,00
ITEM 39 – EXCLUSIVO ME, MEI e EPP					
tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais					
39	3000	UND	MEIA CANAleta DE CONCRETO ESTRUTURAL NAS MEDIDAS 14 X 19 X 19 CM	3,96	11.880,00
ITENS 40 e 41 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
40	112.500	UND	PAVER DE CONCRETO NAS MEDIDAS 6 X 10 X 20 CM NA COR CINZA COM FACE LISA	1,62	182.250,00
41	56.250	UND	PAVER DE CONCRETO NAS MEDIDAS 6 X 10 X 20 CM NA COR VERMELHA COM FACE LISA	1,62	91.125,00
ITEM 42 – EXCLUSIVO ME, MEI e EPP					
tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais					
42	12500	UND	PAVER DE CONCRETO NAS MEDIDAS 6 X 10 X 20 CM NA COR VERMELHA COM FACE TÁTIL ALERTA	1,62	20.250,00
ITEM 43 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
43	50000	UND	PAVER DE CONCRETO NAS MEDIDAS 6 X 10 X 20 CM NA COR VERMELHA COM FACE TÁTIL DIRECIONAL	1,62	81.000,00
ITENS 44 a 258 – EXCLUSIVOS ME, MEI e EPP					
tratamento diferenciado pra empresas locais ou regionais					
44	150	UND	FITA ANTIDERRAPANTE CINTA ANTIDESLIZANTE INDICADA PARA LOCAIS SEM INCIDÊNCIA DE UMI DADE, COMO: PISOS, DEGRAUS, RAMPAS, ESCADAS ENTRE OUTROS, PARA PREVINIR ACIDENTES EM PISOS LISOS E ESCORREGADIOS MATERIAL: LIXA COM ADESIVO -COR: PRETANAS MEDIDAS: LARGURA E COMPRIMENTO 50 MM X 15 M - EM ROLO.	61,76	9.264,00
45	150	UND	ADAPTADOR PARA CAIXA D'ÁGUA COM REGISTRO EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	16,78	2.517,00
46	100	UND	ADAPTADOR PARA CAIXA D'ÁGUA COM REGISTRO EM	19,97	1.997,00

			PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.		
47	100	UND	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ANEL PARA CAIXA D' ÁGUA EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	13,16	1.316,00
48	50	UND	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM ANEL PARA CAIXA D' ÁGUA EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	17,99	899,50
49	250	UND	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25X ¾" SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	0,74	185,00
50	100	UND	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 X1.1/4" SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	9,76	976,00
51	250	UND	ADAPTADOR PARA SAÍDA DE VASO SANITÁRIO ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	5,10	1.275,00
52	500	UND	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC (BISNAGA) CONTEÚDO: 17 G – INCOLOR	5,74	2.870,00
53	250	UND	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC (BISNAGA) CONTEÚDO: 75 G – INCOLOR	11,27	2.817,50
54	150	UND	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC (FRASCO) CONTEÚDO: 175 G – INCOLOR	25,54	3.831,00
55	50	UND	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC (FRASCO) CONTEÚDO: 850 G – INCOLOR	51,68	2.584,00
56	150	UND	ADESIVO SILICONE ACÉTICO, BRANCO, A BASE D' ÁGUA INDICADO PARA SELAR E VEDAR SUPERFÍCIES LISAS RESISTE A INTEMPÉRIES, RAIOS UV E VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS ENTRE 40 GRAUS C° À 100 GRAUS C° CONTEÚDO: 280 G – FRASCO PARA USO DE APLICADOR	22,04	3.306,00
57	150	UND	ADESIVO SILICONE ACÉTICO, PRETO, A BASE D' ÁGUA INDICADO PARA SELAR E VEDAR SUPERFÍCIES LISAS RESISTE A INTEMPÉRIES, RAIOS UV E VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS ENTRE 40 GRAUS C° À 100 GRAUS C° CONTEÚDO: 280 G – FRASCO PARA USO DE APLICADOR	22,04	3.306,00
58	150	UND	ADESIVO SILICONE ACÉTICO, TRANSPARENTE, A BASE D' ÁGUA INDICADO PARA SELAR E VEDAR SUPERFÍCIES LISAS RESISTE A INTEMPÉRIES, RAIOS UV E VARIAÇÕES DE TEMPERATURAS ENTRE 40 GRAUS C° À 100 GRAUS C° CONTEÚDO: 280 G – FRASCO PARA USO DE APLICADOR	22,47	3.370,50
59	150	UND	ADESIVO SILICONE NEUTRO, BRANCO, A BASE D' ÁGUA INDICADO PARA SELAR E VEDAR DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIES DE MATERIAIS, RESISTENTE A RAIOS UV CONTEÚDO: 280 G – FRASCO PARA USO DE APLICADOR	22,47	3.370,50
60	150	UND	ADESIVO SILICONE NEUTRO, PRETO, A BASE D' ÁGUA	22,47	3.370,50

			INDICADO PARA SELAR E VEDAR DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIES DE MATERIAIS, RESISTENTE A RAIOS UV CONTEÚDO: 280 G – FRASCO PARA USO DE APLICADOR		
61	150	UND	ADESIVO SILICONE NEUTRO, TRANSPARENTE, A BASE D' ÁGUA INDICADO PARA SELAR E VEDAR DIVERSOS TIPOS DE SUPERFÍCIES DE MATERIAIS, RESISTENTE A RAIOS UV CONTEÚDO: 280 G – FRASCO PARA USO DE APLICADOR	22,47	3.370,50
62	50	UND	ANEL DE BORRACHA ESGOTO- SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	2,72	136,00
63	50	UND	ANEL DE BORRACHA ESGOTO- SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 40 – MM	1,59	79,50
64	50	UND	ANEL DE BORRACHA ESGOTO- SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 50 – MM	2,13	106,50
65	250	UND	ANEL DE VEDAÇÃO (CERA) COM GUIA ACOMPANHA: 02 PARAFUSOS COM BUCHA, 02 ARRUELA PLÁSTICA E 02 ARRUELA CROMADAS. SISTEMA DE DESCARGA - BITOLA: DN 100	15,63	3.907,50
66	150	UND	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO ARCO LISO SOBRE TAMPA BRILHANTE COM COBERTURA TOTAL SISTEMA QUE MANTÉM O ASSENTO EM PÉ – COM KIT DE INSTALAÇÃO COMPLETO COR: BRANCO	75,52	11.328,00
67	400	UND	ASSENTO SANITÁRIO INJETADO ARCO LISO SOBRE TAMPA BRILHANTE COM COBERTURA TOTAL – SISTEMA QUE MANTÉM O ASSENTO EM PÉ COM KIT DE INSTALAÇÃO COMPLETO COR: BRANCO	47,19	18.876,00
68	50	UND	BARRA DE ACESSIBILIDADE PARA BANHEIRO APOIO PARA IDOSO E DEFICIENTE EM ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA RESISTENCIA SUPORTE DE METAL ACOMPANHA BUCHA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO – MEDIDA: 30 CM	65,73	3.286,50
69	50	UND	BARRA DE ACESSIBILIDADE PARA BANHEIRO APOIO PARA IDOSO E DEFICIENTE EM ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA RESISTENCIA SUPORTE DE METAL ACOMPANHA BUCHA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO – MEDIDA: 40 CM	68,31	3.415,50
70	50	UND	BARRA DE ACESSIBILIDADE PARA BANHEIRO APOIO PARA IDOSO E DEFICIENTE EM ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA RESISTENCIA SUPORTE DE METAL ACOMPANHA BUCHA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO – MEDIDA: 60 CM	79,88	3.994,00
71	50	UND	BARRA DE ACESSIBILIDADE PARA BANHEIRO APOIO PARA IDOSO E DEFICIENTE EM ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA RESISTENCIA SUPORTE DE METAL ACOMPANHA BUCHA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO – MEDIDA: 80	96,44	4.822,00

			CM		
72	50	UND	BARRA DE ACESSIBILIDADE PARA BANHEIRO APOIO PARA IDOSO E DEFICIENTE EM ALUMÍNIO POLIDO DE ALTA RESISTENCIA SUPORTE DE METAL ACOMPANHA BUCHA E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO – MEDIDA: 90 CM	99,90	4.995,00
73	125	UND	BASE PARA REGISTRO GAVETA BRUTO CORPO DE LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) BITOLA: ¾"DE POLEGADA.	59,67	7.458,75
74	125	UND	BASE PARA REGISTRO PRESSÃO BRUTO CORPO DE LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) BITOLA: ¾"DE POLEGADA.	54,39	6.798,75
75	750	UND	BRAÇADEIRA PARA TUBO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM ACOMPANHA: PARAFUSO E BUCHA	3,02	2.265,00
76	250	UND	BRAÇO PARA CHUVEIRO INDICADO PARA COLOCAÇÃO DE CHUVEIROS ELÉTRICOS NA CONEXÃO HIDRÁULICA DA ALVENARIA EM PVC COM 37CMDE COMPRIMENTO.	13,72	3.430,00
77	100	UND	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL E EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 1" X 1/2" – MM X POL. SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	7,36	736,00
78	100	UND	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL E EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 1" X 3/4" – MM X POL. SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	4,40	440,00
79	150	UND	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL E EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 3/4" X ½" – MM X POL. SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,68	402,00
80	100	UND	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 X 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,71	271,00
81	100	UND	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA 50 X 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	6,40	640,00
82	100	UND	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 50 X 40 – MM	3,21	321,00
83	50	UND	CAIXA D' ÁGUA DE POLIETILENO, COM FECHAMENTO SEGURO ATRAVÉS DO ENCAIXE ENTRE A TAMPA E O CORPO, SUPERFÍCIE INTERNA LISA E NIVELADA. CAPACIDADE EM 1000 LITROS.	596,86	29.843,00
84	25	UND	CAIXA D' ÁGUA DE POLIETILENO, COM FECHAMENTO SEGURO ATRAVÉS DO ENCAIXE ENTRE A TAMPA E O CORPO, SUPERFÍCIE INTERNA LISA E NIVELADA. CAPACIDADE EM 310 LITROS.	289,46	7.236,50
85	75	UND	CAIXA D' ÁGUA DE POLIETILENO, COM FECHAMENTO SEGURO ATRAVÉS DO ENCAIXE ENTRE A TAMPA E O CORPO, SUPERFÍCIE INTERNA LISA E NIVELADA. CAPACIDADE EM 500 LITROS.	386,47	28.985,25

86	25	UND	CAIXA D' ÁGUA DE POLIETILENO, COM FECHAMENTO SEGURO ATRAVÉS DO ENCAIXE ENTRE A TAMPA E O CORPO, SUPERFÍCIE INTERNA LISA E NIVELADA. CAPACIDADE EM 750 LITROS.	431,54	10.788,50
87	250	UND	CAIXA DE DESCARGA CONTROLADA VOLUME DE ÁGUA REGULÁVEL DE 6,8 A 9 LITROS COM RÉGUA E SUPORTE E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO COM ENGATE FLEXÍVEL - COR: BRANCO	61,33	15.332,50
88	100	UND	CAIXA DE GORDURA COM CESTO DE LIMPEZA SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS MÚLTIPLAS) EM PVC BITOLA: DN 100 - MM	118,05	11.805,00
89	100	UND	CAIXA DE INSPEÇÃO SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS MÚLTIPLAS) EM PVC BITOLA: DN 100 – MM	190,53	19.053,00
90	100	UND	CAIXA SIFONADA GIRAFÁCIL COM GRELHA E PORTA GRELHA QUADRADA (BRANCO) EM PVC SÉRIE (ESGOTO –CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 100 X 140 X 50 – MM	61,39	6.139,00
91	50	UND	CAIXA SIFONADA COM GRELHA E PORTA GRELHA QUADRADA (BRANCO) EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXA E RALOS) BITOLA: DN 150 X 150 X 50 – MM	44,64	2.232,00
92	50	UND	CAIXA SIFONADA COM GRELHA E PORTA GRELHA REDONDA (BRANCO) EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXA E RALOS) BITOLA: DN 150 X 150 X 50 – MM	35,87	1.793,50
93	50	UND	CAIXA SIFONADA COM GRELHA E PORTA GRELHA REDONDO (BRANCO) EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXA E RALOS) BITOLA: DN 150 X 185 X 75 – MM	67,98	3.399,00
94	150	UND	CAIXA SIFONADA COM GRELHA E PORTA GRELHA QUADRADA (BRANCO) EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXA E RALOS) BITOLA: DN 100 X 100 X 50 - MM	23,34	3.501,00
95	75	UND	CAIXA SIFONADA COM GRELHA E PORTA GRELHA QUADRADA (BRANCO) EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXA E RALOS) BITOLA: DN 100 X 150 X 50 – MM	28,02	2.101,50
96	250	UND	CAP SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,76	690,00
97	100	UND	CAP SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	11,55	1.155,00
98	25	UND	CHAVE BOIA REGULADOR DE NÍVEL CB-2012 CABO DE 1,2 METRO – 15A250V~ ISENTO DE MERCÚRIO UTILIZA CONTROLE ELETRO MECÂNICO	53,44	1.336,00
99	250	UND	CHUVEIRO ELÉTRICO COM 2 TEMPERATURAS 127 V POTÊNCIA DE 5500 W	64,68	16.170,00
100	500	UND	CHUVEIRO ELÉTRICO COM 2 TEMPERATURAS 220 V POTÊNCIA DE 5500 W	64,68	32.340,00
101	100	UND	COLA EPÓXI – ADESIVO RÁPIDO INDICADO PARA REPAROS E COLAGENS DE PEQUENAS SUPERFÍCIES DE MATERIAIS LISOS, POROSOS OU IRREGULARES COMO AZULEJOS, MADEIRA, VIDRO, CONCRETO, PEDRAS E PLÁSTICOS RÍGIDOS RESISTENTE A TEMPERATURA 70 GRAUS C SECAGEM INICIAL DE 2 MINUTOS E	26,19	2.619,00

			SECAGEM TOTAL EM 2 HORAS. CONTEÚDO DA BISNAGA DE 23 GRAMAS.		
102	375	UND	CONECTOR DE PORCELANA PARA CHUVEIRO TRIPOLAR PARA FIO 10 MM ² - 50 A – 250 V	4,57	1.713,75
103	150	UND	CONECTOR PARA MANGUEIRA INDICADO PARA COLOCAÇÃO EM TORNEIRAS DE JARDIM, UTILIZADO NO ENGATE RÁPIDO, CORPO EM ALUMÍNIO. MEDIDA DA ROSCA: ¾” - MEDIDA DO ENGATE RÁPIDO: ½” MODELO : FÊMEA (ROSCA INTERNA) DE ORIGEM NACIONAL	5,66	849,00
104	250	UND	CONJUNTO DE LIGAÇÃO AJUSTÁVEL - SANFONADO PARA VASO SANITÁRIO COM ESPUDE E CANOPLA CROMADO – COMPRIMENTO: 250 MM – EM POLIPROPILENO	24,13	6.032,50
105	100	UND	CORPO RALO CILÍNDRICO BRANCO COM GRELHA BRANCO, EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 100 X 40 – MM	11,12	1.112,00
106	75	UND	CRUZETA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	99,65	7.473,75
107	100	UND	CRUZETA SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	24,25	2.425,00
108	100	UND	CRUZETA SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	29,46	2.946,00
109	150	UND	CURVA 45 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	3,45	517,50
110	100	UND	CURVA 45 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	13,95	1.395,00
111	100	UND	CURVA 45 GRAUS LONGA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	32,34	3.234,00
112	150	UND	CURVA 45 GRAUS LONGA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 50 – MM	13,52	2.028,00
113	250	UND	CURVA 90 GRAUS LONGA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 - MM	29,28	7.320,00
114	250	UND	CURVA 90 GRAUS LONGA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 150 - MM	56,32	14.080,00
115	250	UND	CURVA 90 GRAUS LONGA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 40 - MM	8,24	2.060,00
116	250	UND	CURVA 90 GRAUS LONGA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 50 - MM	13,09	3.272,50



117	250	UND	CURVA 90 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	5,06	1.265,00
118	100	UND	CURVA 90 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	20,04	2.004,00
119	500	UND	CURVA 90 GRAUS CURTA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	18,63	9.315,00
120	250	UND	CURVA 90 GRAUS CURTA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 50 – MM	12,68	3.170,00
121	250	UND	CURVA 90 GRAUS CURTA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN40 – MM	6,60	1.650,00
122	100	UND	CURVAR 45 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	41,71	4.171,00
123	100	UND	CURVAR 45 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 40 – MM	9,29	929,00
124	350	UND	DISPENSER DE COPO DESCARTÁVEL – AUTOMÁTICO TAMPA E BASE EM PLÁSTICO ABS E TUBO EM PVC RÍGIDO COM DISPOSITIVO DE FÁCIL MANUSEIO FAZENDO A LIBERAÇÃO DE UM COPO POR VEZ – ACOMPANHA KIT DE PARAFUSO E PORCAS DE FIXAÇÃO NA PAREDE PARA COPOS DE ÁGUA DE ATÉ 200 ML – COR: BRANCO - DE ORIGEM NACIONAL.	43,65	15.277,50
125	350	UND	DISPENSER DE COPO DESCARTÁVEL – AUTOMÁTICO TAMPA E BASE EM PLÁSTICO ABS E TUBO EM PVC RÍGIDO COM DISPOSITIVO DE FÁCIL MANUSEIO FAZENDO A LIBERAÇÃO DE UM COPO POR VEZ ACOMPANHA KIT DE PARAFUSO E PORCAS DE FIXAÇÃO NA PAREDE PARA COPOS DE CAFÉ DE ATÉ 50 ML – COR: BRANCO - DE ORIGEM NACIONAL.	40,07	14.024,50
126	250	UND	DISPENSER PORTA PAPEL TOALHA INTER FOLHAS PARA PAPEL NAS MEDIDAS: 200 MM X 200 MM – 1000 FOLHAS MATERIAL TERMOPLÁSTICO COM ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA AO IMPACTO COM SISTEMA DE TRAVAMENTO ABRE E FECHA COM CHAVE VISOR COM PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSOS PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO COR: BRANCO – DE ORIGEM NACIONAL.	50,47	12.617,50
127	250	UND	DISPENSER PORTA PAPEL TOALHA ROLÃO ALAVANCA – INDICADO PARA ROLOS DE 20 CM X 200 METROS, MATERIAL TERMOPLÁSTICO COM ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA AO IMPACTO COM SISTEMA DE ALAVANCA PARA RETIRADA DO PAPEL DO DISPENSER COM SISTEMA DE TRAVAMENTO ABRE E FECHA COM	169,58	42.395,00

			CHAVE E VISOR COM PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSOS PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO COR: BRANCO – DE ORIGEM NACIONAL.		
128	250	UND	DISPENSER PORTA PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO, INDICADO PARA ROLOS DE 300 A 500 METROS, MATERIAL TERMOPLÁSTICO COM ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA AO IMPACTO. COM SISTEMA DE TRAVAMENTO ABRE E FECHA COM CHAVE COM PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSOS PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO COR: BRANCO – DE ORIGEM NACIONAL.	36,24	9.060,00
129	500	UND	DISPENSER PORTA SABONETE LIQUIDO, INDICADO PARA CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE ATÉ 700 ML. MATERIAL TERMOPLÁSTICO COM ALTA QUALIDADE RESISTÊNCIA AO IMPACTO COM SISTEMA DE TRAVAMENTO ABRE E FECHA COM CHAVE E VISOR COM PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSOS PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO COR: BRANCO – DE ORIGEM NACIONAL.	34,44	17.220,00
130	250	UND	DUCHA 4" POLEGADAS EM PVC COM PENDURADOR DE OBJETOS SAÍDA PARA DUCHA MANUAL JATO INCLINADO 25 GRAUS COR: BRANCO	27,02	6.755,00
131	200	UND	ENGATE FLEXÍVEL EM PVC SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS TAMANHO: 40 CM X ½" POLEGADA.	8,56	1.712,00
132	400	UND	ENGATE FLEXÍVEL EM PVC SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS TAMANHO: 60 CM X ½" POLEGADA.	10,79	4.316,00
133	150	UND	ENGATE RÁPIDO INDICADO PARA COLOCAÇÃO EM TORNEIRAS DE JARDIM, FABRICADO EM PLÁSTICO ABS QUE PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA MEDIDA: ½" - DIÂMETRO DA MANGUEIRA INDICADO ½" DE ORIGEM NACIONAL	7,55	1.132,50
134	250	UND	ESPUDE PARA LIGAÇÃO DE VASO SANITÁRIO SISTEMA DE DESCARGA – BITOLA 40 MM	7,72	1.930,00
135	500	UND	ESPUMA EXPANSIVA ADESIVO DE POLIURETANO INDICADO PARA PREENCHIMENTO DE ESPAÇOS. IDEAL PARA FIXAÇÃO DE PORTAS E JANELAS, EMBUTIMENTO DE DULTOS, ISOLAMENTO ACÚSTICO, ENTRE OUTRAS APLICAÇÕES CONTEÚDO: 480 G/500 ML – POR LATA ACOMPANHA O APLICADOR.	30,23	15.115,00
136	600	UND	FITA VEDA ROSCA PARA CONEXÕES ROSCÁVEL DIMENSÕES: 18 MM X 10 M	3,47	2.082,00
137	250	UND	FITA VEDA ROSCA PARA CONEXÕES ROSCÁVEL DIMENSÕES: 18 MM X 25 M	6,34	1.585,00
138	250	UND	GRELHA ECOLÓGICA QUADRADA BRANCA EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 100 – MM	13,34	3.335,00
139	250	UND	GRELHA ECOLÓGICA QUADRADA BRANCA EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 150 – MM	22,48	5.620,00
140	250	UND	GRELHA ECOLÓGICA REDONDA BRANCA EM PVC SÉRIE	11,20	2.800,00



			(ESGOTO – CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 100 – MM		
141	250	UND	GRELHA ECOLÓGICA REDONDA BRANCA EM PVC SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 150 – MM	18,18	4.545,00
142	50	UND	JOELHO 45 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100– MM	9,84	492,00
143	150	UND	JOELHO 45 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 40 – MM	2,44	366,00
144	150	UND	JOELHO 45 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 50 – MM	4,95	742,50
145	250	UND	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,59	647,50
146	150	UND	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	9,80	1.470,00
147	250	UND	JOELHO 90 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100– MM	9,04	2.260,00
148	150	UND	JOELHO 90 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 150– MM	49,46	7.419,00
149	100	UND	JOELHO 90 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 200– MM	147,00	14.700,00
150	100	UND	JOELHO 90 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 300– MM	314,28	31.428,00
151	250	UND	JOELHO 90 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 40 – MM	4,18	1.045,00
152	250	UND	JOELHO 90 GRAUS ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 50– MM	4,85	1.212,50
153	250	UND	JOELHO 90 GRAUS PARA TUBO DE VÁLVULA DE DESCARGA SISTEMA DE DESCARGA BITOLA: 38 MM X 1.1/2” POLEGADA COR: AZUL	7,61	1.902,50
154	150	UND	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO E EM PVC AZUL (ÁGUA FRIA) BITOLA: 20 X 1/2” – MM X POL. SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	7,22	1.083,00
155	250	UND	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO E EM PVC AZUL (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 X 1/2” – MM X POL. SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	10,46	2.615,00
156	250	UND	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO E EM PVC AZUL (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 X 3/4” – MM	11,34	2.835,00



			X POL. SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.		
157	750	UND	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	3,22	2.415,00
158	375	UND	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	9,95	3.731,25
159	250	UND	JOELHO 90 GRAUS COM ANEL ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 40 - MM	5,84	1.460,00
160	100	UND	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 X 100 – MM	29,74	2.974,00
161	100	UND	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 100 X 50 – MM	21,55	2.155,00
162	100	UD	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 40 X 40 – MM	6,23	623,00
163	150	UND	JUNÇÃO SIMPLES ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT – NBR 5688 BITOLA: DN 50 X 50 – MM	7,20	1.080,00
164	100	UND	KIT COMPLETO UNIVERSAL PARA CAIXAS ACOPLADAS COM MECANISMO DE ACIONAMENTO SUPERIOR NÍVEL DE ÁGUA AJUSTÁVEL NA CAIXA DE DESCARGA ROSCA DE ENTRADA: ½" – ROSCA DE SAÍDA: 2" FUNCIONAMENTO EM ALTA E BAIXA PRESSÃO	130,91	13.091,00
165	100	UND	KIT DE SISTEMA DE DESCARGA CAIXA DE DESCARGA CONTROLADA VOLUME DE ÁGUA REGULÁVEL DE 6,8 A 9 LITROS COM RÉGUA DE SUPORTE E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO COM ENGATE FLEXIVEL TUBO DE DESCARGA DE SOBREPOR COR: BRANCO	184,79	18.479,00
166	150	UND	LAVATÓRIO EM LOUÇA BRANCA COM COLUNA ACOMPANHA: PARAFUSOS E BUCHA PARA FIXAÇÃO MEDIDA: 45 X 55 CM OU EQUIVALENTE.	267,68	40.152,00
167	150	UND	LAVATÓRIO EM LOUÇA BRANCA SUSPENSO ACOMPANHA: PARAFUSOS E BUCHA PARA FIXAÇÃO MEDIDA: 29,5 X 39 CM OU EQUIVALENTE.	204,15	30.622,50
168	100	UND	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 20 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	12,45	1.245,00
169	500	UND	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	17,48	8.740,00
170	100	UND	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	29,08	2.908,00
171	100	UND	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL EM PVC	35,28	3.528,00

			(ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.		
172	100	UND	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 20 X 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,28	228,00
173	100	UND	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 X 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,38	238,00
174	150	UND	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO E EM PVC AZUL (ÁGUA FRIA) BITOLA: 20 X 1/2" – MM X POL. – SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	6,64	996,00
175	150	UND	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO E EM PVC AZUL (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 X 1/2" – MM X POL. – SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	8,42	1.263,00
176	150	UND	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO E EM PVC AZUL (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 X 3/4" – MM X POL. – SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	9,62	1.443,00
177	150	UND	LUVA SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 20 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	1,39	208,50
178	500	UND	LUVA SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,96	1.480,00
179	150	UND	LUVA SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	4,78	717,00
180	150	UND	LUVA SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	7,38	1.107,00
181	250	UND	LUVA DE CORRER ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	17,01	4.252,50
182	250	UND	LUVA DE CORRER ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 40 – MM	8,67	2.167,50
183	250	UND	LUVA DE CORRER ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 50 – MM	8,20	2.050,00
184	2500	MTS	MANGUEIRA PARA PULVERIZAÇÃO AGRÍCOLA - REFORÇADA - 450 PSI – 1/2" – 12,7 MM INDICADO PARA COLOCAÇÃO EM TORNEIRAS DE JARDIM, FABRICADO EM PVC/BORRACHA QUE PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA FLEXÍVEL – PAREDE DE 2,0 MM - MEDIDA EM METRO LINEAR DE ORIGEM NACIONAL	1,19	2.975,00
185	150	UND	MICTÓRIO – SANITÁRIO EM LOUÇA BRANCA – MODELO CONVENCIONAL.	356,22	53.433,00
186	2000	UND	PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO (TANQUES – PIAS) COM PONTEIRA E ARRUELA CROMADA COM BUCHA 12" POLEGADA.	8,98	17.960,00
187	100	UND	PLUG ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 100 – MM	19,74	1.974,00
188	100	UND	PLUG ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 40 – MM	4,70	470,00



189	100	UND	PLUG ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 50 – MM	7,42	742,00
190	250	UND	PLUGROSCÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) – BITOLA: ½” POLEGADA	1,90	475,00
191	250	UND	PLUG ROSCÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) – BITOLA: 3/4” POLEGADA	2,12	530,00
192	250	UND	PORTA PAPEL HIGIÊNICO PARA ROLO INDIVIDUAL DE 60 METROS ACABAMENTO DE METAL CROMADO COM SISTEMA DUPLO DE FIXAÇÃO COM PARAFUSO E BUCHA – DE ORIGEM NACIONAL.	22,51	5.627,50
193	250	UND	RALO CÔNICO BRANCO COM GRELHA EM PVC - SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 100 X 40 – MM	26,68	6.670,00
194	100	UND	RALO CÔNICO PRATA COM GRELHA INOX EM PVC - SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) BITOLA: DN 100 X 40 – MM	17,14	1.714,00
195	150	UND	RALO LINEAR 50 CM COM GRELHA SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) EM PVC BRANCO	105,00	15.750,00
196	150	UND	RALO LINEAR 50 CM COM GRELHA SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) EM PVC CINZA	105,00	15.750,00
197	100	UND	RALO LINEAR 90 CM COM GRELHA SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) EM PVC BRANCO	142,50	14.250,00
198	100	UND	RALO LINEAR 90 CM COM GRELHA SÉRIE (ESGOTO – CAIXAS E RALOS) EM PVC CINZA	190,51	19.051,00
199	100	UND	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 100 X 50 – MM	8,94	894,00
200	100	UND	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 150 X 100 – MM	19,15	1.915,00
201	100	UND	REDUÇÃO EXCÊNTRICA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 75 X 50 – MM	7,93	793,00
202	150	UND	REGADOR UNIVERSAL PLÁSTICO POLIPROPILENO CAPACIDADE PARA 05 LITROS NAS CORES VERMELHO OU AZUL	18,57	2.785,50
203	250	UND	REGADOR UNIVERSAL PLÁSTICO POLIPROPILENO CAPACIDADE PARA 10 LITROS NAS CORES VERMELHO OU AZUL	26,77	6.692,50
204	250	UND	REGISTRO DE CHUVEIRO ROSCÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) COR: BRANCO BITOLA: ½”	7,76	1.940,00
205	250	UND	REGISTRO DE CHUVEIRO ROSCÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) COR: BRANCO BITOLA: 25 MM.	38,75	9.687,50
206	250	UND	REGISTRO DE CHUVEIRO ROSCÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) COR: BRANCO BITOLA: 3/4”	22,37	5.592,50
207	250	UND	REGISTRO DE ESFERA VAZÃO TOTAL - 100 % METAL RESISTENTE A OXIDAÇÃO E CORROSÃO BITOLA: ¾” – POLEGADA.	55,62	13.905,00

208	250	UND	REGISTRO DE GAVETA BRUTO CORPO DE LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) BITOLA: ¾" DE POLEGADA.	70,95	17.737,50
209	100	UND	REGISTRO DE GAVETA DOCOL JET 30 BRUTO PRESSÃO MÁXIMA DE USO RECOMENDADA: 14 KGF/CM² OU 199 PSI BITOLA: ¾"	71,95	7.195,00
210	250	UND	REGISTRO DE GAVETA SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) COR: BRANCO BITOLA: 25 MM.	41,13	10.282,50
211	100	UND	REGISTRO ESFERA COM BORBOLETA EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: ¾" SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	14,82	1.482,00
212	100	UND	REGISTRO ESFERA COM CABEÇA QUADRADA EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: ¾" SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	19,49	1.949,00
213	250	UND	REGISTRO ESFERA VS COMPACTO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	18,26	4.565,00
214	250	UND	REGISTRO ESFERA VS COMPACTO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	20,50	5.125,00
215	100	UND	REGISTRO ESFERA VS COMPACTO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	39,68	3.968,00
216	250	UND	REGISTRO ESFERA VS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	21,83	5.457,50
217	250	UND	REGISTRO ESFERA VS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	29,77	7.442,50
218	100	UND	REGISTRO ESFERA VS SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	39,81	3.981,00
219	150	UND	SIFÃO AJUSTÁVEL SANFONADO DUPLO BRANCO PARA PIA AMERICANA SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC – BITOLA: 1.1/2" – POLEGADAS.	20,80	3.120,00
220	750	UND	SIFÃO AJUSTÁVEL SANFONADO MULTIUSO BRANCO 66 CM – SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC BITOLA: 7/8" – 1.1/4" E 1.1/2" – POLEGADAS.	11,41	8.557,50
221	150	UND	SIFÃO AJUSTÁVEL SANFONADO MULTIUSO COPO BRANCO SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC BITOLA: 7/8" – 1.1/4" E 1.1/2" – POLEGADAS	19,41	2.911,50
222	150	UND	SIFÃO AJUSTÁVEL SANFONADO MULTIUSO DUPLO BRANCO SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC BITOLA: 7/8"- 1.1/4" E 1.1/2" – POLEGADAS.	21,57	3.235,50
223	100	UND	TANQUE DE LAVAR ROUPAS EM PVC CAPACIDADE DE USO 15 LITROS – CAPACIDADE TOTAL 23 LITROS TAMANHO: 28 X 55 X 43 CM COM KIT DE INSTALAÇÃO COMPLETO (PARAFUSOS E BUCHAS) COR: BRANCO	100,37	10.037,00
224	50	UND	TÊ REDUÇÃO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA:	13,11	655,50



			50 X 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.		
225	50	UND	TÊ REDUÇÃO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 X 32 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	10,68	534,00
226	150	UND	TÊ SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL E EM PVC AZUL (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 X 3/4" – MM X POL. SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	15,94	2.391,00
227	100	UND	TÊ SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL E EM PVC AZUL(ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 X 1/2" –MM X POL. SUPORTA PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	11,32	1.132,00
228	500	UND	TÊ SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	2,78	1.390,00
229	100	UND	TÊ SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	5,71	571,00
230	250	UND	TÊ SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	12,06	3.015,00
231	150	UND	TÊ ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 100 X 100 – MM	18,75	2.812,50
232	150	UND	TÊ ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 100 X 50 – MM	17,38	2.607,00
233	50	UND	TÊ ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 200 X 200 – MM	151,52	7.576,00
234	50	UND	TÊ ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 300 X 300 – MM	341,88	17.094,00
235	150	UND	TÊ ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 40 X 40 – MM	5,36	804,00
236	150	UND	TÊ ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT - NBR 5688 BITOLA: DN 50 X 50 – MM	11,16	1.674,00
237	150	UND	TORNEIRA BOIA COM HASTE METÁLICA E PVC BITOLA: 1/2" POLEGADA SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	31,80	4.770,00
238	250	UND	TORNEIRA BOIA COM HASTE METÁLICA E PVC BITOLA: 3/4 " POLEGADA SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	40,74	10.185,00
239	150	UND	TORNEIRA COZINHA – PAREDE EM PVC RÍGIDO CORPO BRANCO BITOLA: 1/2" POLEGADA - TAMANHO: 180 MM	53,76	8.064,00
240	250	UND	TORNEIRA COZINHA BICA MÓVEL - PAREDE EM PVC RÍGIDO CORPO BRANCO BITOLA: 1/2" POLEGADA	55,76	13.940,00
241	500	UND	TORNEIRA DE JARDIM COM BICO MANGUEIRA DE 1/2" EM PVC RÍGIDO – CORPO BRANCO BITOLA: 1/2" POLEGADA – COM ADAPTADOR 3/4"POLEGADA.	19,71	9.855,00
242	500	UND	TORNEIRA DE JARDIM COM BICO MANGUEIRA DE 1/2" EM PVC RÍGIDO – CORPO PRETO BITOLA: 1/2"	12,99	6.495,00

			POLEGADA – COM ADAPTADOR ¾"POLEGADA.		
243	100	UND	TORNEIRA ESFERA MÁQUINA DE LAVAR 100% METAL RESISTENTE A OXIDAÇÃO E CORROSÃO BITOLA: ½" X ¾" - POLEGADA	64,48	6.448,00
244	250	UND	TORNEIRA ESFERA REDUZIDA 100% METAL RESISTENTE A OXIDAÇÃO E CORROSÃO BITOLA: ¾" X ¾" - POLEGADA	32,20	8.050,00
245	150	UND	TORNEIRA LAVATÓRIO BICA MÓVEL - BANCADA EM PVC RÍGIDO – CORPO BRANCO BITOLA: ½" POLEGADA	45,60	6.840,00
246	100	UND	TORNEIRA PARA FILTRO – ALAVANCA INFERIOR – COR: BRANCA – TAMANHO: 3/8"	11,39	1.139,00
247	100	UND	TORNEIRA PARA FILTRO – ALAVANCA SUPERIOR – COR: BRANCA – TAMANHO: 3/8"	11,30	1.130,00
248	100	UND	TORNEIRA PARA TANQUE (LONGA) METAL CROMADO BITOLA: ½" X ¾" POLEGADA – LONGA	61,62	6.162,00
249	50	UND	TORNEIRA E FILTRO ABS PIA DE COZINHA BICA MÓVEL PAREDE METAL CROMADO COM BUCHA DE REDUÇÃO COM ¼" DE VOLTA CERÂMICO BITOLA: ½" E ¾" POLEGADA – C 50	154,93	7.746,50
250	250	UND	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO BICA MÓVEL ALTA MESA METAL CROMADO COM ¼" DE VOLTA CERÂMICO BITOLA: ½" – C 35 – POLEGADA.	71,85	17.962,50
251	250	UND	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO PRESSMATIC COMPACT MESA AUTOMÁTICA AREJADOR EVITA RESPINGO BITOLA: ½" POLEGADA	129,27	32.317,50
252	100	UND	TUBO CORRUGADO RÍGIDO PARA DRENAGEM 6 METROS SÉRIE (ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM) EM PVC BITOLA: DN 100 – MM	96,70	9.670,00
253	250	UND	TUBO DE DESCARGA DE SOBREPOR SISTEMA DE DESCARGA BITOLA: 1,60 M COMPRIMENTO.	26,22	6.555,00
254	250	UND	TUBO DE DESCARGA EMBUTIR SISTEMA DE DESCARGA BITOLA: 1,60 M COMPRIMENTO.	26,52	6.630,00
255	100	UND	TUBO DRENOFLEX – BARRA DE 6 METROS SÉRIE (ÁGUAS PLUVIAIS E DRENAGEM) EM PVC BITOLA: DN 110 – MM	60,84	6.084,00
256	250	UND	TUBO PARA VÁLVULA DE DESCARGA SISTEMA DE DESCARGA BITOLA: 38 MM X 0,8 M.	19,46	4.865,00
257	600	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 100 - MM	101,12	60.672,00
258	300	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 150 - MM	227,30	68.190,00
ITENS 259 e 260 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
259	190	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 200 - MM	585,53	11.250,70
260	114	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL	812,18	92.588,52

			DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 300 - MM		
ITENS 261 a 404 – EXCLUSIVOS ME, MEI e EPP *tratamento diferenciado para empresas locais ou regionais*					
261	200	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 40 - MM	45,03	9.006,00
262	300	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 50 - MM	62,69	18.807,00
263	150	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 75 - MM	97,21	14.581,50
264	1000	UND	TUBO SOLDÁVEL DE PVC (ÁGUA FRIA) 6,00 METROS DE COMPRIMENTO – BITOLA: 25 MM - SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	25,51	25.510,00
265	300	UND	TUBO SOLDÁVEL DE PVC (ÁGUA FRIA) 6,00 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: 50 MM - SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	56,38	16.914,00
266	150	UND	VÁLVULA DE DESCARGA HYDRA DECA COMPLETA INOX MODELO 4686.325	204,24	30.636,00
267	150	UND	VÁLVULA DE DESCARGA HYDRA MAX COMPLETA BRANCA 1 ½"POLEGADA.	191,58	28.737,00
268	250	UND	VÁLVULA DE DESCARGA PARA MICTÓRIO COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO EM 6 SEGUNDOS MATERIAL DE LIGAS DE COBRE E ACABAMENTO CROMADO BITOLA: ½" POLEGADA.	150,50	37.625,00
269	150	UND	VÁLVULA DE ESFERA BRUTO CORPO DE LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) BITOLA: ¾"DE POLEGADA.	73,71	11.056,50
270	50	UND	VÁLVULA DE RETENÇÃO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 25 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	33,26	1.663,00
271	50	UND	VÁLVULA DE RETENÇÃO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 32 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	46,47	2.323,50
272	50	UND	VÁLVULA DE RETENÇÃO SOLDÁVEL EM PVC (ÁGUA FRIA) BITOLA: 50 MM SUPORTA A PRESSÃO DE SERVIÇO DE ATÉ 75 M.C.A.	86,21	4.310,50
273	50	UND	VÁLVULA HYDRA MAX CORPO DE LIGA DE COBRE (BRONZE E LATÃO) BITOLA: 1 ½"DE POLEGADA.	173,89	8.694,50
274	250	UND	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO COM LADRÃO SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC BITOLA: 7/8" – POLEGADAS.	12,56	3.140,00
275	200	UND	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO SEM LADRÃO SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC BITOLA: 7/8" – POLEGADAS.	11,61	2.322,00
276	200	UND	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO SEM LADRÃO METAL CROMADO 100 % METAL RESISTENTE A OXIDAÇÃO E CORROSÃO.	22,72	4.544,00



277	200	UND	VÁLVULA PARA TANQUE COM LADRÃO SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC BITOLA: 1.1/4" – POLEGADAS.	16,20	3.240,00
278	200	UND	VÁLVULA PARA TANQUE SEM LADRÃO SÉRIE COMPLEMENTOS HIDRÁULICOS EM PVC BITOLA: 1.1/4" – POLEGADAS.	15,28	3.056,00
279	200	UND	VÁLVULA PIA AMERICANA METAL CROMADO BITOLA: 3.1/2" X 7/8" POLEGADA	23,58	4.716,00
280	200	UND	VÁLVULA REGULADORA DE GÁS PARA (BOTIJÃO P-13) CONEXÃO DE ENTRADA: ROSCA DE 5/8 UNC CONEXÃO DE SAÍDA: DIÂMETRO 12 PARA MANGUEIRA DE PVC (NBR 8613199) COM 1,25 M COM 02 ABRAÇADEIRAS DE METAL PARA FIXAÇÃO.	62,45	12.490,00
281	150	UND	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA EM LOUÇA BRANCA MODELO CONVENCIONAL.	520,91	78.136,50
282	150	UND	VASO SANITÁRIO SIFONADO EM LOUÇA BRANCA MODELO CONVENCIONAL.	341,49	51.223,50
283	100	UND	VEDA CALHA SELANTE À BASE DE BORRACHAS, RESINA SINTÉTICA E SOLVENTE QUE DISPENSA A SOLDA E ATUA COMO UM ADESIVO DE EXCELENTE ELASTICIDADE, PROMOVENDO UMA VEDAÇÃO PREFEITA CONTEÚDO: 280 G/ 300 ML-POR LATA ACOMPANHA O APLICADOR.	23,21	2.321,00
284	250	UND	VEDANTE PARA TORNEIRA – EM AÇO E PVC – BITOLA: 1/2"POLEGADA	1,22	305,00
285	150	UND	VEDANTE PARA TORNEIRA – EM AÇO E PVC – BITOLA: 3/4"POLEGADA	1,14	171,00
286	150	UND	COLHER PARA PEDREIRO EM FORMATO OVAL, COM CABO DE MADEIRA, EM AÇO FORJADO - MEDIDA: 7" DE ORIGEM NACIONAL.	22,39	3.358,50
287	150	UND	COLHER PARA PEDREIRO EM FORMATO OVAL, COM CABO DE MADEIRA, EM AÇO FORJADO MEDIDA: 8" DE ORIGEM NACIONAL.	26,78	4.017,00
288	150	UND	COLHER PARA PEDREIRO EM FORMATO RETO, COM CABO DE MADEIRA, EM AÇO FORJADO- MEDIDA: 7" DE ORIGEM NACIONAL.	25,48	3.822,00
289	150	UND	COLHER PARA PEDREIRO EM FORMATO RETO, COM CABO DE MADEIRA, EM AÇO FORJADO- MEDIDA: 8" DE ORIGEM NACIONAL.	24,96	3.744,00
290	75	UND	PENEIRA - TELA EXPANDIDA - FEIJÃO MATERIAL EM AÇO GALVANIZADO, PROPORCIONANDO ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA À CORROSÃO E OXIDAÇÃO, COM ARO PLÁSTICO COM RESISTÊNCIA A CORROSÃO. DIÂMETRO: 55,0 CM - MALHA: 6 MM X 10 MM (EXTERNA) - 4 MM X 8 MM (INTERNA) FIO: ESPESSURA: 0,45 MM / CORDÃO: 0,50 MM DE ORIGEM NACIONAL.	44,49	3.336,75
291	75	UND	PENEIRA - TELA EXPANDIDA - AREIA MATERIAL EM	48,64	3.648,00

			AÇO GALVANIZADO, PROPORCIONANDO ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA À CORROSÃO E OXIDAÇÃO, COM ARO PLÁSTICO COM RESISTÊNCIA A CORROSÃO. DIAMETRO: 55,0 CM - MALHA: 3,5 MM X 6 MM (EXTERNA) – 2,8 MM X 4,5 MM (INTERNA) FIO: ESPESSURA: 0,35 MM / CORDÃO: 0,40 MM DE ORIGEM NACIONAL.		
292	75	UND	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA, INDICADA PARA APLICAÇÃO DE CALFINO E MASSA CORRIDA, CABO FECHADO PLÁSTICO E FIXAÇÃO SOLDADA, EM AÇO, LARGURA X COMPRIMENTO: 120,0 MM X 480,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	27,78	2.083,50
293	75	UND	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADA, INDICADA PARA APLICAÇÃO ARGAMASSA NO ASSENTAMENTO DE CERÂMICA, AZULEJOS, ENTRE OUTROS, CABO FECHADO PLÁSTICO E FIXAÇÃO SOLDADA, EM AÇO. LARGURA X COMPRIMENTO: 120,0 MM X 480,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	34,73	2.604,75
294	100	UND	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA DE BASE LISA, INDICADA PARA ACABAMENTO EM REBOCO, POSSUI A BASE TOTALMENTE LISA, PARA MELHOR ACABAMENTO, MATERIAL PLÁSTICO NO CORPO ENO CABO, SEM ESPUMA, LARGURA X COMPRIMENTO: 140,0 MM X 270,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	13,60	1.360,00
295	100	UND	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA DE BASE LISA, INDICADA PARA ACABAMENTO EM REBOCO, POSSUI A BASE TOTALMENTE LISA, PARA MELHOR ACABAMENTO, MATERIAL PLÁSTICO NO CORPO ENO CABO, SEM ESPUMA, LARGURA X COMPRIMENTO: 170,0 MM X 300,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	20,53	2.053,00
296	100	UND	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA DE BASE ESTRIADA, INDICADA PARA ACABAMENTO EM REBOCO, POSSUI A BASE TOTALMENTE ESTRIADA, PARA MELHOR ACABAMENTO, MATERIAL PLÁSTICO NO CORPO E NO CABO, SEM ESPUMA. LARGURA X COMPRIMENTO: 140,0 MM X 270,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	11,86	1.186,00
297	100	UND	DESEMPENADEIRA PLÁSTICA DE BASE ESTRIADA, INDICADA PARA ACABAMENTO EM REBOCO, POSSUI A BASE TOTALMENTE ESTRIADA, PARA MELHOR ACABAMENTO, MATERIAL PLÁSTICO NO CORPO E NO CABO, SEM ESPUMA. LARGURA X COMPRIMENTO: 170,0 MM X 300,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	17,04	1.704,00
298	100	UND	DESEMPENADEIRA DE AÇO PARA GESSO, INDICADA PARA APLICAÇÃO DE GESSO E DRYWALL, CABO DE MADEIRA COM FIXAÇÃO POR REBITE, LARGURA X COMPRIMENTO: 120,0 MM X 310,00 MM DE ORIGEM NACIONAL	35,95	3.595,00
299	100	UND	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA, INDICADA PARA APLICAR, NIVELAR E UNIFORMIZAR A ARGAMASSA DE	19,32	1.932,00

			REVESTIMENTO, CONTRAPISOS E REBOCOS, MATERIAL DO CORPO E DO CABO EM MADEIRA SEM ESPUMA, LARGURA X COMPRIMENTO: 120,0 MM X 200,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.		
300	125	UND	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA, INDICADA PARA APLICAR, NIVELAR E UNIFORMIZAR A ARGAMASSA DE REVESTIMENTO, CONTRAPISOS E REBOCOS, MATERIAL DO CORPO E DO CABO EM MADEIRA SEM ESPUMA, LARGURA X COMPRIMENTO: 160,0 MM X 270,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	24,54	3.067,50
301	75	UND	PONTEIRO REDONDO, INDICADO PARA QUEDRAR E FURAR ALVENARIA E CONCRETO NA CONSTRUÇÃO CIVIL. MATERIAL DO CORPO: AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO MEDIDA DO CORPO: 3/4" - 19 MM COMPRIMENTO TOTAL: 12" - 304 MM DE ORIGEM NACIONAL.	31,79	2.384,25
302	75	UND	TALHADEIRA REDONDA, INDICADA PARA QUEBRAR E REALIZAR CORTES EM ALVENARIA E CONCRETO, ALÉM DE CERAMICA DE PAREDES E PISOS. MATERIAL DO CORPO: EM AÇO DE TEOR DE CARBONO LARGURA DA PONTA: 1.9/32" - 32 MM COMPRIMENTO: 12" - 304 MM DE ORIGEM NACIONAL.	26,41	1.980,75
303	150	UND	LÁPIS PARA CARPINTEIRO, INDICADO PARA MARCAÇÃO OU ESCRITA EM MADEIRA, ENTRE OUTROS, USO PROFISSIONAL. COMPRIMENTO X LARGURA X ESPESSURA: 178,0 MM X 10,0 MM X 6,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	3,53	529,50
304	100	UND	LINHA PARA PEDREIRO, INDICADO PARA USO NA CONSTRUÇÃO CÍVIL, ENTRE OUTROS, 100% POLIAMIDA (NYLON) PROTEÇÃO UV ESPESSURA: 0,8 MM - ROLO COM 100 METROS DE ORIGEM NACIONAL.	22,43	2.243,00
305	75	UND	CARRETEL DE LINHA COM GIZ PARA DRYWALL E GESSO, CARRETEL PLÁSTICO COM 30 METROS DE LINHA DE ALGODÃO E TUBO COM 100 GRAMAS DE GIZ AZUL DE ORIGEM NACIONAL.	71,20	5.340,00
306	100	UND	CAVADEIRA ARTICULADA CONVENCIONAL, CONFECCIONADA EM AÇO FORJADO, COM CABO DE MADEIRA, COM BATENTE (SALVA MÃOS) DE PLÁSTICO, EVITANDO CHOQUE ENTRE AS MÃOS, DURANTE O MANUSEIO, ABERTURA DAS PÁS 100,0 MM, COMPRIMENTO TOTAL: 1,40 M DE ORIGEM NACIONAL.	91,10	9.110,00
307	100	UND	CAVADEIRA ARTICULADA BICO TUCANO, CONFECCIONADA EM AÇO FORJADO, COM CABO DE MADEIRA, COM BATENTE (SALVA MÃOS) DE PLÁSTICO, EVITANDO CHOQUE ENTRE AS MÃOS, DURANTE O MANUSEIO. ABERTURA DAS PÁS 100,0 MM COMPRIMENTO TOTAL: 1,50 M DE ORIGEM	71,71	7.171,00

			NACIONAL.		
308	400	UND	VASSOURA PARA GRAMA E JARDIM, METÁLICA FIXA, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COMPRIMENTO DO CABO: 1,20 METRO 22 PALHETAS DE AÇO PERFIL CHATO SEM AJUSTE DE ORIGEM NACIONAL.	32,43	12.972,00
309	100	UND	ANCINHO, INDICADO PARA RASTELAR FOLHAS E GALHOS DE ARVORES E LIMPEZA EM GERAL DE JARDIM. MATERIAL EM AÇO REFORÇADO, COM ACABAMENTO PINTADO, RESISTENTE A OXIDAÇÃO, COM CABO. NUMERO COM 14 DENTES DE ORIGEM NACIONAL.	34,72	3.472,00
310	75	UND	FORCADO RETO, INDICADO PARA LIMPEZA E COLETA DE GALHOS E FOLHAS DE ARVORES, COM 4 DENTES SOLDADOS E COM ACABAMENTO PINTADO, CABO DE MADEIRA DE 1,50 METRO EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO, RESISTENTE A OXIDAÇÃO DE ORIGEM NACIONAL.	61,34	4.600,50
311	75	UND	FOICE - PARANÁ, INDICADA PARA USO DE PODA EM GERAL. COM CABO DE MADEIRA 1,50 M EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO, RESISTENTE A OXIDAÇÃO DE ORIGEM NACIONAL	65,52	4.914,00
312	75	UND	FOICE - ROÇADEIRA, INDICADA PARA USO DE PODA EM GERAL, COM CABO DE MADEIRA DE 1,50 M EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO, RESISTENTE A OXIDAÇÃO DE ORIGEM NACIONAL.	54,50	4.087,50
313	75	UND	MACHADO LENHADOR, INDICADO PARA CORTE DE GALHOS, TRONCOS DE ARVORES DE LENHA, COM CABO EM FIBRA PROPORCIONANDO MAIOR LEVEZA E DURABILIDADE. COMPRIMENTO: 195,0 MM - LARGURA DA LAMINA: 130,0 MM DIMENSÕES DO OLHO: 58 MM X 18 MM - MASSA: 3,5 IB / 1,5 KG DE ORIGEM NACIONAL.	100,14	7.510,50
314	200	UND	PÁ DE BICO, INDICADA PARA USOS GERAL EM OBRAS, ENTRE OUTROS, CABO DE MADEIRA: TIPO (Y) MATERIAL: EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO N°05 LARGURA X COMPRIMENTO ÚTIL – 305 MM X 325 MM DE ORIGEM NACIONAL.	53,66	10.732,00
315	200	UND	PÁ QUADRADA, INDICADA PARA USOS GERAL EM OBRAS, ENTRE OUTROS, CABO DE MADEIRA: TIPO (Y) MATERIAL: EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO N°05 LARGURA X COMPRIMENTO ÚTIL – 310 MM X 340 MM DE ORIGEM NACIONAL.	59,65	11.930,00
316	100	UND	PÁ CORTADEIRA - VANGA TIPO QUADRADA, INDICADA PARA USO GERAL EM OBRAS, ENTRE OUTROS. CABO DE MADEIRA: TIPO (Y) MATERIAL: EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO - N°3 LARGURA X COMPRIMENTO ÚTIL - 200 MM X 275 MM DE ORIGEM NACIONAL.	55,31	5.531,00
317	100	UND	PÁ CORTADEIRA - VANGA TIPO BICO, INDICADA PARA	50,11	5.011,00

			USO GERAL EM OBRAS, ENTRE OUTROS. CABO DE MADEIRA: TIPO (Y) MATERIAL: EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO - Nº3 LARGURA X COMPRIMENTO ÚTIL – 213 MM X 270 MM DE ORIGEM NACIONAL.		
318	125	UND	PÁ DE BICO, INDICADA PARA USOS GERAL EM OBRAS, ENTRE OUTROS, COM CABO: 1,50 M, MATERIAL: EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO Nº05 LARGURA X COMPRIMENTO ÚTIL - 305 MM X 325 MM DE ORIGEM NACIONAL.	51,92	6.490,00
319	125	UND	PÁ DE QUADRADA, INDICADA PARA USOS GERAL EM OBRAS, ENTRE OUTROS, COM CABO: 1,50 M MATERIAL: EM AÇO DE ALTO TEOR DE CARBONO Nº05 LARGURA X COMPRIMENTO ÚTIL - 310 MM X 340 MM DE ORIGEM NACIONAL.	40,78	5.097,50
320	300	UND	ENXADA ESTREITA INDICADA PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, ENTRE OUTROS. MATERIAL: EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO - COM CABO OLHO REDONDO: 3,8 CM - PESO 1,5 LBLARGURA X ALTURA – 23 CM X 22 CM DE ORIGEM NACIONAL.	49,44	14.832,00
321	300	UND	ENXADA LARGA INDICADA PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, ENTRE OUTROS. MATERIAL: EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO – COM CABO OLHO REDONDO: 38 MM - PESO 2,0 LB LARGURA X ALTURA – 295 MM X 222 MM DE ORIGEM NACIONAL.	70,49	21.147,00
322	100	UND	PICARETA – PONTA E PÁ ESTREITA, INDICADA PARA A CONSTRUÇÃO CÍVIL ENTRE OUTROS. MATERIAL EM AÇO COM ALTO TEOR DE CARBONO. COM CABO DE MADEIRA OLHO OVAL: 49 MM X 76 MM DE ORIGEM NACIONAL.	84,36	8.436,00
323	100	UND	PICARETA – PONTA E PÁ LARGA, AVIÃO INDICADA PARA A CONSTRUÇÃO CÍVIL ENTRE OUTROS. MATERIAL EM AÇO COM ALTO TEOR DE CARBONO. COM CABO DE MADEIRA OLHO OVAL: 49 MM X 76 MM DE ORIGEM NACIONAL.	99,25	9.925,00
324	75	UND	CAVADEIRA RETA, CONFECCIONADA EM AÇO FORJADO, COM CABO DE MADEIRA. LARGURA X ALTURA, 100 MM X 330 MM, OLHO REDONDO DE 36 MM DE ORIGEM NACIONAL.	79,75	5.981,25
325	150	UND	ENXADÃO LARGOS INDICADA PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, ENTRE OUTROS, MATERIAL: EM AÇO ALTO TEOR DE CARBONO – COM CABO OLHO REDONDO: 38 MM – PESO: 2,0 IB LARGURA X ALTURA - 140 MM X 278 MM DE ORIGEM NACIONAL.	72,96	10.944,00
326	100	UND	CABO DE MADEIRA PARA MARRETA COM ACABAMENTO LIXADO NA SUPERFÍCIE, FEITO COM LIXA GROSSA E FINA - FORMATO OVAL ENCAIXE: OLHO OVAL COMPRIMENTO TOTAL: 30 CM DE ORIGEM NACIONAL.	14,17	1.417,00
327	150	UND	CABO DE MADEIRA PARA PICARETA COM	19,68	2.952,00



			ACABAMENTO LIXADO NA SUPERFÍCIE, FEITO COM LIXA GROSSA E FINA - FORMATO OVAL ENCAIXE: OLHO OVAL COMPRIMENTO TOTAL: 1 METRO DE ORIGEM NACIONAL.		
328	250	UND	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA - PÁS - FOICE - ENXADÃO COM ACABAMENTO LIXADO NA SUPERFÍCIE, FEITO COM LIXA GROSSA E FINA - FORMATO OVAL ENCAIXE: OLHO OVAL COMPRIMENTO TOTAL: 1,80 METRO DE ORIGEM NACIONAL.	21,17	5.292,50
329	250	UND	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA - PÁS - FOICE - ENXADÃO COM ACABAMENTO LIXADO NA SUPERFÍCIE, FEITO COM LIXA GROSSA E FINA - FORMATO OVAL ENCAIXE: OLHO OVAL COMPRIMENTO TOTAL: 1,50 METRO DE ORIGEM NACIONAL.	17,27	4.317,50
330	75	UND	FACÃO PARA MATO, INDICADO PARA USO GERAL PODA DE ARBUSTOS, ENTRE OUTROS. MATERIAL EM AÇO COM ALTO TEOR DE CARBONO, QUE PROPORCIONA MAIOR RESISTENCIA MECANICA, RESISTENTE A OXIDAÇÃO, CABO DE MADEIRA. COMPRIMENTO DA LAMINA: 14" DE ORIGEM NACIONAL.	31,08	2.331,00
331	75	UND	FACÃO PARA MATO, INDICADO PARA USO GERAL PODA DE ARBUSTOS, ENTRE OUTROS. MATERIAL EM AÇO COM ALTO TEOR DE CARBONO, QUE PROPORCIONA MAIOR RESISTENCIA MECANICA, RESISTENTE A OXIDAÇÃO, CABO DE MADEIRA. COMPRIMENTO DA LAMINA: 18" DE ORIGEM NACIONAL.	41,14	3.085,50
332	75	UND	FACÃO PARA CANA, INDICADO PARA USO GERAL EM PODA DE ARBUSTOS, ENTRE OUTROS. MATERIAL EM AÇO COM ALTO TEOR DE CARBONO, QUE PROPORCIONA MAIOR RESISTÊNCIA MECANICA, RESISTENTE A OXIDAÇÃO, CABO DE MADEIRA. COMPRIMENTO DA LAMINA: 14" DE ORIGEM NACIONAL.	54,12	4.059,00
333	100	UND	SERROTE DE PODA CURVO, INDICADO PARA PODA DE GALHOS DE MADEIRA UMIDAS, SECAS E VERDES, CABO DE MADEIRA COM FORMATO ERGONOMICO. MATERIAL DA LAMINA: AÇO TEMPERADO NUMERO DE DENTES POR POLEGADA: 7 COMPRIMENTO DO CORTE: 12" - 304 MM DE ORIGEM NACIONAL.	40,81	4.081,00
334	100	UND	SERROTE, INDICADO PARA CORTE DE MADEIRA SECA, COM CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA. MATERIAL DA LAMINA: AÇO TEMPERADO COMPRIMENTO DO CORTE X NUMERO DE DENTES POR POLEGADA: 24" - 609 MM X 6 DE ORIGEM NACIONAL.	79,14	7.914,00
335	30	UND	TRADO - PERFURADOR DE TERRA, INDICADO PARA	98,54	2.956,20

			FAZER BURACOS EM TERRA PARA COLOCAÇÃO DE PALANQUES, POSTES, NA CONSTRUÇÃO DE FUNDAÇÕES EM OBRAS, ENTRE OUTROS. COM ACABAMENTO PINTADO PARA MAIOR RESISTÊNCIA A OXIDAÇÃO – SEM CABO ESPESSURA DE CHAPA: 3,0 MM - ROSCA 3/4" BSP DIAMENTRO DO CORTE: 20 CM DE ORIGEM NACIONAL.		
336	30	UND	TRADO - PERFURADOR DE TERRA, INDICADO PARA FAZER BURACOS EM TERRA PARA COLOCAÇÃO DE PALANQUES, POSTES, NA CONSTRUÇÃO DE FUNDAÇÕES EM OBRAS, ENTRE OUTROS. COM ACABAMENTO PINTADO PARA MAIOR RESISTÊNCIA A OXIDAÇÃO – SEM CABO ESPESSURA DE CHAPA: 3,0 MM - ROSCA 3/4" BSP DIAMENTRO DO CORTE: 25 CM DE ORIGEM NACIONAL.	107,82	3.234,60
337	30	UND	CABO PARA TRADO, INDICADO PARA AFIXAR NA FERRAMENTA TRADO PERFURADOR DE TERRA, ROSCA 3/4" BSP - COMPRIMENTO: 1,00 METRO COM ACABAMENTO PINTADO PARA MAIOR RESISTÊNCIA A OXIDAÇÃO DE ORIGEM NACIONAL.	93,17	2.795,10
338	30	UND	EXTENSÃO PARA CABO DE TRADO, INDICADO PARA AFIXAR NO CABO, PERFURADOR DE TERRA, COM ACABAMENTO PINTADO PARA MAIOR RESISTÊNCIA A OXIDAÇÃO COMPRIMENTO: 1 METRO - ROSCA 3/4" BSP DE ORIGEM NACIONAL.	76,00	2.280,00
339	100	UND	FORMÃO CHANFRADO, INDICADO PARA RECORTES, ENTALHES E ENCAIXE EM MADEIRA. MATERIAL DA LAMINA: AÇO 65 MN MADEIRA DO CABO: MADEIRA LARGURA DA PONTA X COMPRIMENTO TOTAL: 1/4" - 6,3 MM X 290 MM DE ORIGEM NACIONAL.	20,89	2.089,00
340	100	UND	FORMÃO CHANFRADO, INDICADO PARA RECORTES, ENTALHES E ENCAIXE EM MADEIRA. MATERIAL DA LAMINA: AÇO 65 MN MADEIRA DO CABO: MADEIRA LARGURA DA PONTA X COMPRIMENTO TOTAL: 3/8" – 9,5 MM X 290 MM DE ORIGEM NACIONAL.	33,97	3.397,00
341	100	UND	FORMÃO CHANFRADO, INDICADO PARA RECORTES, ENTALHES E ENCAIXE EM MADEIRA. MATERIAL DA LAMINA: AÇO 65 MN MADEIRA DO CABO: MADEIRA LARGURA DA PONTA X COMPRIMENTO TOTAL: 7/8" – 22,2 MM X 300 MM DE ORIGEM NACIONAL.	26,61	2.661,00
342	100	UND	ESCOVA MANUAL DE AÇO INOX, INDICADA PARA RETIRADA DE REBARBAS DE FERRO E OU RESÍDUOS DE ALVENARIA, ENTRE OUTROS. CERDAS EM AÇO INOX 304 BASE DE MADEIRA - CABO DE MADEIRA NUMERO DE FILEIRAS: 4 DE ORIGEM NACIONAL.	9,22	922,00
343	75	UND	NÍVEL DE ALUMÍNIO, INDICADO PARA N	38,73	2.904,75
344	75	UND	NÍVEL DE ALUMÍNIO, INDICADO PARA NIVELAR SUPERFÍCIES EM GERAL, COM CORPO EM ALUMÍNIO, CONFERINDO MAIOR LEVEZA EM 3 BOLHAS, SENDO	67,00	5.025,00



			UMA PARA NIVEL VERTICAL, OUTRA PARA NIVEL HORIZONTAL, E O TERCEIRO PARA NÍVEL A 45° GRAUS. COMPRIMENTO: 36" X 914 MM DE ORIGEM NACIONAL		
345	75	UND	ESQUADRO, INDICADO PARA MARCAÇÕES DE PEÇAS EM ANGULO DE 45° GRAUS E 90° GRAUS, MATERIAL DA LAMINA EM AÇO INOX RESISTENTE A OXIDAÇÃO, MATERIAL DO CABO EM ALUMINIO, TIPO DE GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO GRADUAÇÃO EM POL/MM MEDIDA: 16" X 406 MM DE ORIGEM NACIONAL.	31,62	2.371,50
346	75	UND	PRUMO, INDICADO PARA UTILIZAÇÃO NA COSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL DO CORPO DE METAL, MATERIAL DO CORDAO EM NYLON, COM TACO DE MADEIRA. PESO: 500 GRAMAS DE ORIGEM NACIONAL.	33,10	2.482,50
347	50	UND	REGUA DE ALUMINIO PARA PEDREIRO, INDICADA PARA ALINHAR SUPERFICIES E PISOS, EM ALUMINIO COM ESTRUTURA REFORÇADA, PROPORCIONANDO MAIS DURABILIDADE E RESISTENCIA A CORROSÃO E OXIDAÇÃO MATERIAL EM ALUMINIO. LARGURA X ALTURA X ESPESSURA X COMPRIMENTO: 49,7 MM X 25,5 MM X 0,73 MM X 3,0 MM DE ORIGEM NACIONAL.	58,62	2.931,00
348	1000	UND	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM AÇO INOX 1"	3,06	3.060,00
349	1000	UND	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM AÇO INOX 3/4	2,12	2.120,00
350	50	UND	ARAME RECOZIDO N°18	19,60	980,00
351	10	PCT	REBITE DE REPUXO 2,4 MM X 10,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	7,12	71,20
352	10	PCT	REBITE DE REPUXO 2,4 MM X 6,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	5,33	53,30
353	10	PCT	REBITE DE REPUXO 2,4 MM X 8,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	12,75	127,50
354	10	PCT	REBITE DE REPUXO 3,2 MM X 10,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	5,79	57,90
355	10	PCT	REBITE DE REPUXO 3,2 MM X 12,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	7,80	78,00
356	10	PCT	REBITE DE REPUXO 3,2 MM X 16,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	5,98	59,80
357	10	PCT	REBITE DE REPUXO 3,2 MM X 19,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	6,43	64,30
358	10	PCT	REBITE DE REPUXO 3,2 MM X 25,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	12,33	123,30
359	10	PCT	REBITE DE REPUXO 3,2 MM X 6,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	5,33	53,30
360	10	PCT	REBITE DE REPUXO 3,2 MM X 8,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	9,00	90,00
361	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,0 MM X 10,0 MM, PACOTE COM	7,49	74,90

			100 PEÇAS		
362	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,0 MM X 12,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	8,00	80,00
363	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,0 MM X 16,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	27,00	270,00
364	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,0 MM X 22,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	19,75	197,50
365	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,0 MM X 25,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	11,25	112,50
366	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,0 MM X 8,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	8,17	81,70
367	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,8 MM X 10,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	18,77	187,70
368	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,8 MM X 12,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	10,36	103,60
369	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,8 MM X 16,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	9,82	98,20
370	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,8 MM X 22,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	17,20	172,00
371	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,8 MM X 25,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	13,25	132,50
372	10	PCT	REBITE DE REPUXO 4,8 MM X 30,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	21,33	213,30
373	10	PCT	REBITE DE REPUXO 6,2 MM X 16,0 MM, CAIXA COM 500 PEÇAS	13,75	137,50
374	10	PCT	REBITE DE REPUXO 6,2 MM X 22,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	24,33	243,30
375	10	PCT	REBITE DE REPUXO 6,2 MM X 25,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	30,75	307,50
376	10	PCT	REBITE DE REPUXO 6,2 MM X 30,0 MM, PACOTE COM 100 PEÇAS	46,79	467,90
377	1.000	UND	ARRUELA LISA 3/8 - ZINCADA	0,71	710,00
378	10	UND	BARRA DE AÇO CHATA 1" X 1/8" 6M – EM AÇO CARBONO	41,64	416,40
379	10	UND	ESGUICHO METAL 1/2" BICO 3,2MM REGULÁVEL	32,60	326,00
380	50	UND	KIT DE BROCAS AÇO RÁPIDO – MEDIDAS: 1 MM, 1,5 MM, 2 MM, 2,5 MM, 3 MM, 3,5 MM, 4 MM, 4,5 MM, 5 MM, 6 MM, 8 MM E 10 MM	120,91	6.045,50
381	20	UND	BROCA ESCALONADA PARA TELHA - 1/4 Á 7/16 – 210 MM	29,62	592,40
382	2	UND	BUCHA PLÁSTICA DE FIXAÇÃO COM ANEL 6 MM COM 1000	108,33	216,66
383	2	UND	BUCHA PLÁSTICA DE FIXAÇÃO COM ANEL 8 MM COM 1000	242,00	484,00
384	2	UND	BUCHA PLÁSTICA DE FIXAÇÃO COM ANEL 10 MM COM 1000	261,67	523,34
385	100	UND	CANO PVC MARROM "SOLDÁVEL 3M 3/4" 25MM	24,14	2.414,00
386	100	UND	CANO PVC MARROM SOLDÁVEL 3M 1.1/4" 40MM	45,89	4.589,00



387	100	UND	CANO PVC MARROM SOLDÁVEL 3M 1.1/2" 50MM	55,00	5.500,00
388	100	UND	CANO PVC MARROM SOLDÁVEL 6M 2" 60MM	130,93	13.093,00
389	100	UND	CANO PVC MARROM SOLDÁVEL 6M 3" 85MM	176,40	17.640,00
390	200	UND	CANTONEIRA DE AÇO CARBONO 1/2" - FORMATO EM "L" DE 90°	27,33	5.466,00
391	10	UND	COLA ADESIVO (ADESIVO PLÁSTICO) EXTRA FORTE VERMELHO – FRASCO DE 175 G	32,49	324,90
392	5	UND	DISCO DE CORTE PARA METAIS FERROSOS; 4.1/2" X 1/8" X 7/8" CAIXA COM 100 UNIDADES	497,83	2.489,15
393	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE CABEÇA FLANGEADA – 4,2 MM X 13 MM	0,15	150,00
394	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE CABEÇA FLANGEADA – 4,2 MM X 19 MM	0,27	270,00
395	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE CABEÇA CHATA PHILLIPS 4,2 X 25MM	0,23	230,00
396	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 12 X ¾ POLEGADAS ZINCADO	0,74	740,00
397	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32 X ¾ POLEGADAS ZINCADO	0,72	720,00
398	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32X1 POLEGADAS ZINCADO	0,76	760,00
399	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32 X 1 1/2 POLEGADAS ZINCADO	0,76	760,00
400	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32 X 2 POLEGADAS ZINCADO	1,04	1.040,00
401	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32 X 2 1/2 POLEGADAS ZINCADO	1,27	1.270,00
402	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32 X 3 POLEGADAS ZINCADO	1,59	1.590,00
403	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32 X 4 POLEGADAS ZINCADO	1,72	1.720,00
404	1.000	UND	PARAFUSO AUTOBROCANTE SEXTAVADO 7/32 X 5 POLEGADAS ZINCADO	1,38	1.380,00
ITENS 405 a 413 – COTAS EXCLUSIVAS ME, MEI e EPP *tratamento diferenciado para empresas locais ou regionais*					
405	1.800	SC	CIMENTO DE 1ª QUALIDADE CP II Z 32 EMBALAGEM COM 50 KG.	44,07	79.326,00

406	1.875	SC	CAL PARA PINTURA COM FIXADORA COMPOSIÇÃO EMBALAGEM COM 8 KG.	17,36	32.550,00
407	1.875	MT ²	TELA SOLDADA INDICADA PARA CERCA DE PROTEÇÃO NO PLANTIO DE ÁRVORES, ARAME DE AÇO CARBONO GALVANIZADO FIO 1,9MM NAS DIMENSÕES 100MM X 50MM COM ALTURA DE 1,20 MTS	21,08	39.525,00
408	18.000	UND	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL NAS MEDIDAS 14 X 19 X 39 CM	4,39	79.020,00
409	7.500	UND	CANAleta DE CONCRETO ESTRUTURAL NAS MEDIDAS 14 X 19 X 39 CM	5,76	43.200,00
410	37.500	UND	PAVER DE CONCRETO NAS MEDIDAS 6 X 10 X 20 CM NA COR CINZA COM FACE LISA	1,62	60.750,00
411	18.750	UND	PAVER DE CONCRETO NAS MEDIDAS 6 X 10 X 20 CM NA COR VERMELHA COM FACE LISA4407	1,62	30.375,00
412	60	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 200 - MM	585,53	35.131,80
413	36	UND	TUBO PARA ESGOTO SÉRIE NORMAL SOLDÁVEL DENTRO DA NORMA ABNT-NBR 5688 COM 06 METROS DE COMPRIMENTO BITOLA: DN 300 - MM	812,18	29.238,48

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no Art. 20 da Lei nº 14.133/21 e Art. 46 do Decreto Municipal nº 936/2023.

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 O objeto desta contratação será parcelado em *itens*, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem do seu interesse.

1.5 Poderá em razão do futuro valor, reservar-se-á cota de 25% para participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte, pessoa física ou empresário individual qualificados como tais nos termos do artigo 3º c/c artigo 48, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/2006.

1.6 Para o item de ampla participação, será previsto empate ficto e habilitação tardia.

1.7 Se a mesma empresa vencer a cota principal e a cota reservada, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo mesmo preço unitário, considerado o menor ofertado.

1.8 Se a licitação da cota reservada restar fracassada ou deserta, o item poderá, a critério da Administração, ser adjudicado ao vencedor da de ampla participação.

1.9 O prazo de **vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses** contado da data de assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

1.10 A minuta do contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.11 É vedada a subcontratação do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente justificativa fundamenta-se na ausência de Ata de Registro de Preços vigente, o que compromete a continuidade das atividades de manutenção preventiva e corretiva em todos os próprios públicos deste Município. Tal situação pode acarretar prejuízos operacionais e administrativos, além de contrariar os princípios de economicidade e eficiência da Administração Pública. Ressalta-se, ainda, que o último Registro de Preços teve sua vigência encerrada no ano de 2024 e 2026 e, desde então, não houve a instauração de novo procedimento licitatório para a formalização de ata substituta, o que reforça a necessidade de adoção de medidas administrativas para suprir a demanda existente.

2.2 Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de promover a realização de um novo Estudo Técnico Preliminar, com vistas à instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, utilizando o Sistema de Registro de Preços. Essa escolha se justifica por representar a alternativa mais adequada para garantir uma contratação sustentável, eficiente e economicamente vantajosa, em consonância com o planejamento estratégico e os objetivos institucionais da Administração Municipal.

2.3 Dessa forma, a equipe de planejamento e contratação entende ser imprescindível a adoção das medidas necessárias para viabilizar nova licitação, assegurando a continuidade dos serviços e o adequado atendimento ao interesse público.

2.4 Portanto, a finalidade desta aquisição é suprir as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos de produtos necessários à manutenção e conservação dos bens imóveis pertencentes ou sob responsabilidade da Prefeitura deste Município, **bem como as demais Secretarias, Autarquias e Fundação** que necessitam de manutenções periódicas importantes para a continuidade das atividades administrativas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Dada à natureza dos objetos que se pretende adquirir, levando em consideração que os mesmos serão destinados corretamente em ambiente específico, obedecendo suas tolerâncias e métodos de controle, observa-se que os impactos ambientais serão irrelevantes.

4.1.1 Embora não haja impacto ambiental significativo decorrente da implantação da presente contratação, que demande adequação específica do ambiente, a contratada será responsável, durante a vigência contratual, pelo recolhimento, acondicionamento e descarte adequado de quaisquer resíduos e/ou materiais provenientes das embalagens ou do fornecimento dos bens objeto da contratação, que possam ocasionar algum tipo de impacto ambiental, conforme o contido na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que os produtos atendam todas as especificações contidas na descrição do objeto.

Garantia da contratação

4.3 Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da exigência de amostra

4.4 Serão solicitados catálogos dos itens ofertados à(s) empresa(s) classificada provisoriamente em primeiro lugar, com a finalidade de verificar a conformidade dos produtos com as especificações exigidas no processo licitatório.

4.5 Obrigações da Contratada

4.5.1 Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

4.5.2 Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência da ata;

4.5.3 Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

4.5.4 Acatar as recomendações da fiscalização do **CONTRATANTE**, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

4.5.5 Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

4.5.6 Assegurar à Secretaria Municipal de Serviços Públicos, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que o registrado;

4.5.7 Manter durante a execução do registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.6 Da contratante

4.6.1 Receber os produtos e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

4.6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

4.6.3 Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

4.6.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

4.6.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

4.7 Sanções

4.7.1 Serão utilizadas as sanções previstas no Decreto Municipal nº 936/2023.

5. MODELO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS OBJETOS

Condição e local de entrega e execução

5.1 Os produtos deverão ser entregues em **até 10 (dez) dias úteis**, contadas do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pela detentora do registro de preços;

5.1.1 A entrega e instalação dos produtos deverão ser efetuadas no **Pátio de Máquinas, sito à Rua Piratininga, nº 397, Jardim Ponta Grossa, neste Município, CEP 86804-140** no prazo indicado(s) pela Secretaria de Serviços Públicos, através do fiscal técnico da contratação, de

segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 07h30m às 16h30m, podendo ser pactuado entre as partes, horário diverso a depender da demanda, aos cuidados do Fiscal Técnico;

5.2 Caso não seja possível à realização na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

6.3 São indicados para fiscalização:

Gestor: **Wendel Sulivan Metta**, Secretário Municipal de Serviços Públicos, portador do CPF nº 080.XXX.XXX-17;

Fiscal Administrativo: Servidor **Jean Luiz de Souza**, Assistente Administrativo, portador do CPF nº 024.XXX.XXX-19;

Fiscal Técnico: Servidor **Antonio Carlos Sidrin**, Chefe de Divisão da Secretaria de Serviços Públicos, portador do CPF nº 647.XXX.XXX-97.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do produto objeto

7.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas**, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com o Art. 253 do Decreto Municipal 936/2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

Liquidação

7.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação;

7.5.1 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor da contratação, solicitar da empresa:

- **Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;**
- **Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;**
- **Certidão de regularidade do FGTS;**
- **Certidão negativa de débitos Trabalhistas;**

7.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados da contratação e do órgão contratante;
- a quantidade respectiva dos produtos fornecidos;
- o valor a pagar e;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (caso seja aplicado).

7.6.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

7.6.2 Quando houver, a retenção do Imposto de Renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado Decreto;

7.6.3 Caso a contratada seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, a mesmo deverá indicar no campo observação da Nota Fiscal. Na ausência de informação, a Superintendência de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

7.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.8 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

7.9 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e extinção contratual.

7.10 O pagamento efetuado pela Prefeitura Municipal de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

7.11 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da contratação.

7.12 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

7.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pela contratada.

7.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Exigências de habilitação

8.2 Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os requisitos de praxe estabelecidos pela Superintendência de Licitações conforme descritos na minuta do Edital.

Estimativas do valor da contratação

8.3 O **valor máximo total estimado** da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem registradas pela Secretaria de Serviços Públicos é de **R\$ 5.619.614,20 (Cinco milhões, seiscentos e dezenove mil, seiscentos e quatorze reais e vinte centavos)**, conforme detalhado no Mapa comparativo de Preços em anexo ao Estudo Técnico.

8.4 Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha supracolacionada, o preço máximo foi obtido através da **Menor Preço Unitário – Por Item** entre todos os valores obtidos na pesquisa por meio de empresas especializadas.

8.5 Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento, conforme informações repassadas pela Superintendência de Planejamento.

10. DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO

10.1 Para os propósitos desta cláusula definem-se as seguintes práticas:

A) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

B) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

C) “Prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

D) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

E) “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da unidade gestora, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula **dos contratos vinculados à mesma**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da unidade gestora promover inspeção.

10.2 Qualquer usuário ou cidadão poderá, a qualquer tempo, denunciar irregularidades no faturamento ou na prestação dos serviços ora contratados.

Município de Apucarana, 13 de Março de 2026.



Jean Luiz de Souza

Fiscal Administrativo da contratação

Antonio Carlos Sidrin

Fiscal Técnico da contratação

Wendel Sullivan Metta

Gestor da contratação